

1

Revisitando o passado em tempos de conturbação política, econômica e social

Ao longo da Primeira República, as estruturas políticas, econômicas e sociais se diversificaram bastante no Brasil. No plano econômico, marcava-se a crescente dominação da oligarquia do Sudeste, particularmente do setor cafeeiro. A cooptação dos interesses agrários de São Paulo e Minas Gerais, expressa na conhecida política do “café-com-leite”, acabou influenciando várias medidas estatais, em especial àquelas dirigidas à manutenção dos preços do café.

Nesse contexto, os estudos de Renato Lessa³ e Maria do Carmo Campello de Souza⁴ demonstraram o grande esvaziamento da soberania do legislativo federal, principalmente, a partir do governo Campos Sales (1898-1902), quando as eleições para os cargos executivos do governo já vinham decididas através de arranjos políticos firmados entre os chefes locais e os governos estaduais.

Nessa perspectiva, os verdadeiros protagonistas do processo político eram os estados. Protegidos pela Constituição de 1891, eles gozavam de autonomia e influenciavam a política nacional, na medida em que controlavam as nomeações federais. O governo federal, por sua vez, não se sustentaria no poder sem o apoio dos estados mais influentes. Era um equilíbrio tenso de acordos frágeis, mas que sustentou a estrutura política do país e iria influenciar várias medidas da máquina federal, até o fim da Primeira República.

A instauração do regime republicano federativo abriu maior espaço à consolidação das oligarquias estaduais, na medida em que a descentralização conferiu maior autonomia regional aos estados. Os grandes produtores de café do país - São Paulo e Minas Gerais - foram os que mais se beneficiaram. Questões como a definição da política fiscal, a contratação de empréstimos externos e a autonomia para a escolha de funcionários estaduais, garantiram aos estados exportadores de café, maior poder de influência sobre as decisões mais importantes do país.

³ Renato Lessa. *A invenção republicana; Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.

⁴ Maria do Carmo Campello de Souza. “O processo político partidário na Primeira República”. In: Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

O mesmo não podemos dizer em relação ao Norte do Brasil. Já há algum tempo, a queda dos preços do açúcar no mercado internacional, afetava, negativamente, as tradicionais regiões exportadoras localizadas do nordeste do país. Em todo o decorrer do século XIX, a posição do Brasil no mercado internacional de açúcar seria constantemente alterada. O crescimento do açúcar de beterraba europeu, criado como uma alternativa à falta de cana colonial resultante do Bloqueio Continental de Napoleão, alterou sensivelmente as demandas do mercado internacional europeu.

A alternativa para o Brasil era o mercado norte-americano, mas a anexação, por parte dos Estados- Unidos, de Porto Rico e do Havaí, ambos produtores de açúcar, acabou por relegar o Brasil a segundo plano. As perdas das elites nordestinas ligadas à produção de açúcar tornaram-se, ainda maiores, porque o mercado interno, voltado para o Sudeste brasileiro, estava sendo suprido pelos produtores locais de açúcar, a exemplo de Campos, Minas Gerais e São Paulo.

Enfim, no início do século XX, aumentava, a largos passos, a diferença na dinamização econômica entre o Norte e o Sul do país. Cabia aos grupos políticos do Norte, com destaque às de Pernambuco, tradicional centro das produções açucareiras brasileiras, a missão de reivindicar maiores espaços de atuação para contornar a crescente decadência econômica da região.

O sistema político que acabou por se normatizar na Primeira República mantinha os estados periféricos descontentes - qual seja, o pacto entre os estados mais influentes da Federação e o governo republicano, no plano nacional; e as alianças com os coronéis, que passaram a garantir a hegemonia dos grupos políticos dominantes do país, no plano estadual. Restava aos estados como Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e mesmo, em alguns aspectos, o Rio de Janeiro, reivindicar maiores espaços nesse cenário de troca de privilégios políticos e econômicos, que se delinearía nas relações entre Minas Gerais, São Paulo e o governo federal.

É preciso que se diga que nem sempre as relações de alianças que envolveram os estados hegemônicos do Sudeste e o governo federal efetivaram-se, de forma tão harmônica e estável. A República do “café com leite”, entendida como a hegemonia dos estados paulista e mineiro no contexto da Primeira República, deve ser compreendida, levando-se em consideração a gama de conflitos que engendrou as relações entre grupos oligárquicos heterogêneos.

Um interessante trabalho de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi⁵ demonstrou a fragilidade com que se constituíram essas relações políticas. Suas análises visaram enfatizar a ausência de alianças permanentes entre esses atores políticos, além da importância de se considerar outros elementos políticos nessa conjuntura, como as oligarquias não cafeeiras, os militares, além do próprio papel desempenhado pelo Estado nacional⁶.

A tese de Viscardi constitui uma visão diferenciada em relação à gama de trabalhos que buscaram enfatizar o papel dominante das oligarquias do Sudeste e o seu poder de influência nas principais medidas econômicas estatais nessa época. Para a autora, o governo federal possuía um poder relativamente autônomo, na medida em que administrava as expectativas das elites políticas mais influentes da Federação. Nesse sentido, o governo federal teria assumido o papel de equilibrar a disputa de interesses que envolvia esses estados, lidando com as várias reivindicações provindas de outros núcleos políticos periféricos.

Sem dúvida, havia uma interdependência entre os componentes desse circuito, o que teria garantido a sobrevivência do sistema, até terem se aprofundado as fissuras entre eles. Assim, São Paulo dependia de Minas, devido a sua grande representação política no governo federal. Por outro lado, tanto Minas Gerais quanto São Paulo dependiam das decisões do governo para valorizarem as suas produções no mercado internacional, posto que as decisões políticas cambial, fiscal e monetária eram importantes para ambos os estados. Enfim, o equilíbrio do acordo entre esses atores baseava-se em relações de tensão, permeado por concessões, interesses comuns e, sobretudo, conflitos.

O caráter interessante do trabalho de Viscardi está na relativização da idéia da estabilidade da Primeira República, geralmente atrelada ao acordo de Minas Gerais, São Paulo e o governo federal. Embora seja claro o peso decisivo que representava o poder das oligarquias estaduais, notadamente àquelas representantes do setor cafeeiro, é necessário ponderar o caráter provisório das relações entre estados e governo federal. Nem sempre a intervenção estatal se deu atendendo às pressões dos grupos sociais

5 Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Ed. C/ Arte, 2001.

6 Ibid., ver especialmente a página 47.

mais influentes do país, mas sim como uma forma de equilibrar as lutas em torno da formação das estruturas de dominação nos estados.

Para nós importa considerar o quanto a subsunção do Estado aos interesses agrários influenciou a expansão da industrialização no Brasil. E mais que isso, entender como o avanço industrial e o crescimento das cidades, fenômenos vertiginosos no Sudeste, centro de produção cafeeira do país, constituíram pontos fundamentais para a compreensão dos principais conflitos políticos e sociais que permearam a sociedade brasileira nesse período.

Sobre esse aspecto, podemos dizer, em princípio, que os interesses agrários não permitiram que se adotasse uma política protecionista que dinamizasse o desenvolvimento de um parque industrial autônomo. A indústria nacional desenvolveu-se aos poucos, até chegar a fatores realmente expressivos nas primeiras décadas do século XX. O avanço industrial ganhou maior dimensão tanto com a expansão dos cafezais, como com as crescentes crises de superprodução do café.

A crescente expansão cafeeira, dada principalmente a partir de fins do século XIX, permitiu que os grandes fazendeiros diversificassem seus negócios, investindo em setores industriais, como o têxtil e o alimentício, ou mesmo em setores ligados indiretamente à indústria, como as casas comerciais próximas de portos, bancos, companhia de seguros, etc.

As cidades constituíram o fator básico da implantação industrial, visto que forneciam os serviços necessários à circulação e à distribuição de dinheiro, matérias-primas e máquinas. Todo o sistema comercial e financeiro, como lojas, armazéns e bancos, instalou-se nos centros urbanos. As cidades também produziam mercados consumidores imediatos para os produtos fabris, além de fornecerem grande quantidade de mão-de-obra barata, devido ao seu crescente crescimento demográfico.

Grande parte dos cafeicultores passou a aplicar na indústria os seus lucros garantidos pelo governo, notadamente, após o Convênio de Taubaté (1906), que aprofundou o apoio do governo federal através de medidas protecionistas que apoiaram a valorização do café e a manutenção dos lucros provindos dessa lavoura. O acúmulo de capitais oriundos do setor cafeeiro, associado aos grandes investimentos estrangeiros na formação da infra-estrutura urbana, como serviços de gás, luz, esgoto, transporte e telefone, notadamente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, alavancaram, sobremaneira, o parque industrial e o desenvolvimento urbano nessas regiões.

Somava-se a isso a existência de uma farta mão-de-obra de imigrantes e escravos que se dirigiam às cidades do Sudeste em busca de melhores condições de vida. O principal centro de industrialização do país era o estado de São Paulo, onde viviam os principais produtores de café do Brasil, além dos trabalhadores que, antes, sustentavam-se da agricultura. Também eram destaque, pela concentração industrial, os estados do Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O que se percebe é que, entre o Sudeste e as demais regiões brasileiras, iam se aprofundando, cada vez mais, as disparidades econômicas. À medida que crescia a industrialização em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, o Norte do país ficava, cada vez mais longe, dos áureos tempos das produções de cana-de-açúcar e de algodão. Essa situação iria gerar um clima de tensão e de disputas políticas entre os grupos políticos dessas regiões. Em vários discursos de época, mostrava-se flagrante o descontentamento de políticos e intelectuais que representavam o interesse dessas regiões periféricas.

Outro fator freqüentemente apontado como agente potencializador do avanço industrial nessa época é a deflagração da Primeira Guerra Mundial. A esse respeito, podemos dizer que o Brasil, cuja economia estava voltada para o mercado externo, sofreu imediatamente as suas conseqüências. A Guerra desorganizou o mercado internacional trazendo ainda maiores dificuldades para o Brasil no setor de exportação do café. O país, que já lutava para sair de um novo aumento de produção do café, entre os anos de 1911 e 1913, teve que buscar outras alternativas para dinamizar a indústria nacional.

À despeito das controvérsias nas interpretações sobre o impacto da Primeira Guerra no processo de industrialização do Brasil, podemos dizer, em linhas gerais, que o conflito evidenciou as inconveniências de um país destituído de um parque industrial plenamente constituído. Na medida em o Brasil mostrava pouca autonomia em poder lidar com uma crise mundial de grande envergadura, ficava mais evidente a necessidade de se implementar medidas que pudessem estimular o desenvolvimento industrial do país. Os incentivos posteriores, dados pelo governo, à industrialização, mostraram o quanto o cenário internacional alavancou mudanças econômicas para o Brasil. Os setores mais beneficiados foram a fabricação de tecidos de algodão, materiais de construção, móveis e alimentos.

A industrialização progressiva da economia alavancou a oferta de emprego a um número crescente de operários, o que conduzia a um processo de mudança na organização política e econômica na sociedade brasileira. Os setores sociais urbanos ganhavam, cada vez mais visibilidade, protagonizando um clima de intensas reivindicações, que iam desde o direito de participar das decisões políticas e econômicas do país, até a busca por melhores condições de vida e de trabalho.

Greves operárias ou de categorias profissionais específicas passaram a ser uma constante, notadamente, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Em muitas dessas manifestações de descontentamento podia-se perceber a influência de idéias provindas do cenário internacional, como o anarquismo, o socialismo e o anarco-sindicalismo. Lembremos também, que no ano de 1917, eclodiram duas revoluções na Rússia, uma em fevereiro, outra em outubro. Também as insurreições na Alemanha e no resto da Europa contribuía como pano de fundo do movimento operário e sindical da época.

No caso específico do Brasil, podemos dizer que as greves assumiram uma dimensão única nesse começo do século XX. O ápice do clima de clamor por profundas reformas sociais ocorreria em São Paulo, ente os dias 9 e 16 de julho de 1917, quando anarquistas e socialistas fizeram eclodir a maior greve geral já organizada no Brasil. A repercussão do sucesso dessa mobilização faria eclodir outros movimentos grevistas no Rio de Janeiro e em outros estados da Federação, como na Bahia, no Rio Grande do Sul e Pernambuco⁷. Em breve, em 1922, a ordem política da Primeira República assistiria a fundação do Partido Comunista, sem falar das inúmeras manifestações políticas e culturais protagonizadas nesses anos vinte, dentre elas as contestações tenentistas deflagradas nos anos de 1922, 1924 e 1926.

No campo, onde ainda residia a grande maioria da população, as tensões também eram uma constante no contexto da Primeira República. Dentre os movimentos sociais, destacavam-se aqueles que combinavam conteúdo religioso com reivindicação política e social. Canudos (Bahia, 1893-1897), por exemplo, que ocorreu durante o

⁷ A esse respeito ver, entre outros: Marcos Freitas. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000; Paula Beiguelman. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: 2 ed., Global Editora, 1981; Edgar Carone. *Classes sociais e movimento operário*. S. Paulo: Ática, 1987; John W. F. Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; Boris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977; Ângela de Castro Gomes. *Burguesia e trabalho - política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

mandato do presidente Prudente de Moraes, opôs os seguidores de Antônio Conselheiro à Igreja e ao governo republicano. Outro exemplo de movimento messiânico, já no século XX, pôde ser observado em Contestado (Rio Grande do Sul, 1912-1916) quando os seguidores de José Maria fundaram vários povoados autônomos em relação às ordens e autoridades da República. Canudos e Contestado podem ser considerados os dois maiores movimentos ocorridos no campo e que protagonizaram um clima de rebeldia em massa contra o poder oligárquico na Primeira República. A questão da posse e do uso da terra, reivindicada por esses movimentos, chegou a significar uma ameaça potencial ao poder militar do governo federal. Até, por conta disso, esses movimentos sofreram grande e esmagadora repressão.

A formação de grupos armados no Nordeste também contribuiu para o clima de instabilidade desse período. Os chamados “cangaceiros” atuaram nas décadas finais do século XIX e início do XX, operando em nome do combate à miséria, à seca, à fome e à concentração de terras nas mãos dos fazendeiros (os chamados “coronéis”). As figuras de Antônio Silvino, conhecido como Lampião, e Maria Bonita tornaram-se uma espécie de mito do imaginário popular.

Na capital da República, movimentos populares ou provindos de grupos militares também eram destaques nessa época. A chamada Revolta da Vacina (1904), por exemplo, foi deflagrada com o descontentamento da população em relação a um projeto de demolição de cortiços e casebres, necessários ao plano de obras desenvolvido no governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) nos bairros centrais da cidade do Rio de Janeiro. A imposição de uma vacina obrigatória contra a varíola, que fazia parte de um plano de imunização da população idealizado pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, fez explodir o movimento que acabou por unir populares, políticos e militares de oposição num conflito de grandes proporções.

Outro exemplo de perturbação à ordem, ainda no Rio de Janeiro, foi a chamada “Revolta da Chibata” (1910), ocorrida entre os grupos sociais subalternos da Marinha do Brasil. Liderados pelo marinheiro João Cândido, um grande número de membros da Marinha rebelou-se contra a aplicação de castigos físicos, a má alimentação e os soldos que recebiam - mais um episódio que comporia um cenário de um Brasil permeado por conflitos e tensões sociais

dísparos, mas que juntos, enredavam um clima de apreensão e preocupação por parte dos grupos políticos dirigentes.

Enfim, é nesse universo de grandes instabilidades políticas e sociais, permeadas por mudanças estruturais na economia brasileira, características desse início do século XX, que está circunscrito o nosso objeto de estudo. As comemorações do centenário da insurreição pernambucana de 1817 ocorreram num contexto de grande tensão entre diferentes setores sociais subalternos e os grupos dirigentes da época. Os exemplos de insubordinação, provindos de vários lugares do país e do mundo, eram motivo de preocupação para aqueles que estavam envolvidos no grande desafio que significava a redefinição da questão nacional.

O que propomos aqui é compreender as comemorações do centenário de 1817 em uma perspectiva mais ampla, marcada pelo interesse e pela necessidade da reconstrução do passado da nação, em pleno contexto de afirmação dos valores cívicos republicanos. Esse interesse dos grupos dirigentes em legitimar a República se traduzia nos novos usos políticos⁸ que se fazia da história, não só através do redimensionamento do calendário das festas cívicas oficiais, mas também através da própria reestruturação da escrita da história e da readequação dos símbolos nacionais, tais como monumentos, eventos e heróis nacionais, bandeiras, hinos, etc. As necessidades do presente ditariam as regras nesse processo de reinvenção dos símbolos nacionais, com vistas à construção de identidades.

A primeira batalha que os vencedores da república tinham que vencer era reescrever a história. Até a instauração da Primeira República brasileira, a escrita da história nacional oficial esteve a cargo, principalmente, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838⁹. Com o apoio e aquiescência do Estado imperial, representado pela figura do imperador Pedro II, os membros

⁸ Alguns grupos de pesquisa no Brasil se preocupam com essa questão específica dos usos políticos do passado na historiografia e em outros espaços de veiculação de culturas políticas, como o Pronex e o Ceo.

⁹ Sobre o IHGB e a escrita da história nacional no Império ver principalmente: Manoel Salgado Guimarães. “Nação e escrita da história do Brasil”. Tese de doutorado, Freie Universität Berlin (F.U.B.), Alemanha, 1987; ___. ; “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1 (1): 5-27, 1988; Lucia M. P. Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995.

sócios e associados dessa Instituição se encarregaram de escrever as linhas da história nacional, conforme os interesses e as necessidades do Estado nacional, naquela época, em pleno momento de formação. Os usos políticos que se fazia da história, naquela conjuntura, respeitavam, em geral, as expectativas do Estado monárquico brasileiro¹⁰.

A nação advinda com a República requeria novos símbolos de representação e o IHGB continuou assumindo o papel de principal instituição encarregada de escrever as linhas da história nacional, a partir de então, servindo os interesses do Estado republicano. Os novos ícones de representação nacional deveriam estar em conformidade com as idéias que vinham ganhando o espaço público, já há algum tempo, anunciando a questão dos direitos civis e sociais que a abolição do trabalho escravo e o grande número de imigrantes, que invadiu o país, a partir da década de 1870, trouxeram à tona. A República significava uma espécie de “regeneração”¹¹, para o qual os novos fundamentos da nacionalidade apontavam uma nova direção nas relações entre povo e os grupos políticos ligados ao poder.

A preocupação com a grande massa de desvalidos sociais e a ressignificação da idéia de povo, pensando os recém-incorporados à nação, constituía a principal diferença em relação à idéia de nação concebida pelos políticos e intelectuais no Império. Esse povo brasileiro “aumentado” deveria estar incluído no projeto de construção da identidade nacional, pelo menos na teoria, já que a prática demonstraria a necessidade de manter as aspirações e as necessidades desse “povo”, sob permanente controle.

Seria, mais ou menos, como a equação proposta pelo *Governo Representativo*¹², do liberal inglês John Stuart Mill (1806-1873), no qual o povo estaria situado como o legítimo detentor supremo da sociedade, mas que, no entanto, deveria ser gerido pela autoridade do governo. O Estado exerceria,

¹⁰ Sobre essa questão específica ver o interessante trabalho de Temístocles Cézar. “Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: S. J. Pesavento. *Escrita, linguagem, objetos. Leituras de história cultural*. Bauru: Edusc, 2004, além do trabalho de Valdeci Lopes de Araújo.____. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

¹¹ A expressão é de Ilmar R de Mattos. In:____. “Do império à república”. *Estudos Históricos*, vol.2, n.4, 1989.

¹² John Stuart Mill. *Considerações sobre o governo representativo*. Trad. de E. Manoel Innocência de Lacerda Santos Júnior. Brasília: UNB, 1981.

portanto, o papel de controlador dos possíveis excessos e riscos inerentes a qualquer regime.

Mill inclinava-se à idéia do sistema eleitoral proporcional, o qual o sufrágio universal poderia ser aceito, desde que se excluíssem do sistema eleitoral, os analfabetos e os mal instruídos. Em sua concepção, as pessoas deveriam estar devidamente preparadas para assumir a responsabilidade do voto e assim influir positivamente sobre os destinos da nação. Uma forma de assegurar que a influência das mentes educadas do governo seja maior que aquela exercida pela maioria da população. Essa premissa pode ser considerada um dos preceitos do ideário liberal-democrático inglês do século XIX, e que exerceu grande influência em outros contextos políticos, dentre os quais, o Brasil, que, em sua Constituição de 1891, excluiu do direito ao voto, grupos sociais como os analfabetos, as mulheres e os indigentes¹³.

É preciso que se diga que apesar de o Estado nacional ter assumido o papel de árbitro, a fim de controlar os diversos interesses sociais envolvidos, havia também a sua predisposição em legitimar o novo regime político. Assim, o que era motivo de preocupação para os grupos dirigentes nacionais, não excluía a consciência da necessidade do redimensionamento das questões ligadas ao ideal nacional, interpostas desde os últimos anos do Império.

Nessa perspectiva, nas novas narrativas históricas oficiais da República havia uma maior preocupação em mencionar a adesão popular nos distintos episódios históricos tidos como os novos “fundadores” da nacionalidade brasileira. Essa nova estratégia era de fundamental importância para conferir legitimidade aos símbolos nacionais que o novo regime político iria eleger. Mesmo que houvesse uma preocupação de que os novos símbolos representantes

¹³ É preciso deixar claro que a influência do pensamento de Mill sobre os preceitos da Constituição Brasileira de 1891 sofreu adaptações e acomodações ao contexto político e social brasileiro. Para Mill, por exemplo, a educação constituiu-se no ponto principal para servir de critério para a participação do sufrágio. Em sua teoria, mulheres e os desvalidos economicamente poderiam votar, desde que fossem instruídos. No caso do Brasil, o sufrágio universal excluiu os analfabetos, mas também outros grupos sociais como as mulheres e os indigentes. Na prática, a maioria da população brasileira, nessa época, era analfabeta (segundo José Murilo de Carvalho, cerca de 85 %. A informação consta In: _____. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.32), dentre os quais muitos proprietários rurais e donos de estabelecimentos comerciais bem sucedidos. Assim, o sufrágio manteve-se restrito à minoria da população.

da nação pudessem incitar, ainda mais, os ânimos exaltados nesse começo do século XX, havia também a consciência de que era preciso reinventar os marcos da nova nação brasileira, tendo como parâmetro fundamental, a idéia de incluir o papel desempenhado pelo povo nas narrativas nacionais.

Nesse sentido, o centenário da Insurreição Pernambucana poderia se tornar um instrumento importante, na medida em que o resgate da memória do movimento poderia utilizar a idéia da participação do povo em uma experiência republicana ocorrida no século XIX. Seguir esse caminho significava assumir um risco, até certo ponto, necessário, já que esse processo de construção de um ideal nacional republicano não tinha como ignorar o exemplo da experiência de 1817.

Diante das novas demandas sociais, o caminho mais seguro poderia ser situar Dezesete como um prenúncio de 1889, um movimento que demarcaria a emergência de um sentimento nacional, que teria se desdobrado em momentos históricos posteriores - uma solução viável, a fim de situar o evento como parte integrante de um conjunto de símbolos nacionais que deveriam compor o passado histórico idealizado e compartilhado pelos indivíduos daquela sociedade.

Esse discurso foi muito recorrente nas celebrações do centenário do evento, tendo sido utilizado tanto pelo IHGB, quanto pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). Em linhas gerais, procurava-se positivar Dezesete conectando-se o evento ao advento da Proclamação da República:

“ Não foi bem sucedido o movimento republicano de 1817, tendo tido pouca duração o governo que aqueles heróis estabeleceram... Não contavam pois, os déspotas de então que o sangue daqueles bravos fecundaria a terra que lhes sérvio de berço, frutificando em 1889 a semente que haviam semeado com tanta coragem e tanto sacrifício”¹⁴

Passadas as primeiras décadas de grande instabilidade política da República, caracterizadas pelos primeiros governos militares, o clima de grande incerteza acerca dos possíveis caminhos do futuro da nação, vai dando lugar a um momento cada vez mais propício para a redefinição das tradições nacionais. Assim, entre os homens que escreviam em nome dos mais variados espaços de difusão de idéias,

¹⁴ Trecho do discurso do comandante da região militar de Recife. In: “A solenização do centenário no Recife”. Recife: *Revista do IAGP*, 1917, v.19, n. 95 a 98, p.20.

como jornais, livros, institutos históricos e geográficos, além das instituições diretamente ligadas ao Estado nacional, atravessava-se uma fase de crescente reafirmação dos sentimentos cívicos¹⁵. O culto à pátria se manifestava e se multiplicava nas mais variadas direções. Tal perspectiva atingia grande efervescência entre os anos de 1910 e 1920, notadamente no contexto da Primeira Guerra.

No esteio das discussões acerca da necessidade de o governo se posicionar em relação ao ataque de navios brasileiros, por parte de submarinos alemães, afiguravam-se o crescente interesse pelas questões nacionais, pela defesa da soberania do país e pela dinamização de seu desenvolvimento econômico. Foi nessa época, inclusive, que se interpôs a discussão em torno da necessidade de se implantar o serviço militar obrigatório no país. O apelo ao “amor à pátria” funcionava como respaldo ideológico no auxílio para a garantia da soberania nacional e a segurança do país em meio ao contexto internacional conturbado. Nessa conjuntura, campanhas em favor do patriotismo e da nacionalidade eram promovidas alimentadas pela sensação de que começava uma nova era, em que o Brasil assumiria o papel de liderança da América Latina. Assim, se no Brasil do começo do século XX, vivia-se o clima otimista da *Belle Époque*, os anos de 1910 ficaram marcados pela intensa discussão em torno da necessidade de modernização do país e do exército, sob o apelo do sentimento e da soberania nacionais.

No plano interno, a segurança nacional e a ordem social dependiam da difusão da importância da idéia do civismo, do amor à pátria em prol dos interesses da nação. Havia a urgência da pregação de uma consciência nacional, missão que caberia, principalmente, a um novo modelo de *história pátria*, que pudesse assumir o papel de legitimar a jovem República. Esta, por sua vez, abarcaria um processo de redimensionamento das tradições brasileiras, que, durante boa parte do século XIX, estiveram ligadas a um modelo de construção nacional engendrado pelos interesses dos principais grupos políticos dirigentes do

¹⁵ Cf Lúcia Maria Paschoal Guimarães. “A presença do IHGB no campo da educação superior de altos estudos - Faculdade de Filosofia e Letras, 1916-1921”. *FFLCH*, USP, 1999.

Império. Sob o discurso da unidade e da coerência, pensava-se em formas de reorganizar o conteúdo e o significado dos símbolos republicanos.

Tal redimensionamento caberia principalmente ao IHGB, instituição concebida, ainda no século XIX, sob aos auspícios do Estado imperial. Em tempos republicanos, o IHGB tentava readequar as suas posturas e a sua historiografia, a fim de manter o seu papel de destaque no panorama cultural do país. No contexto da primeira metade do século XX, todo percurso desta Instituição relacionou-se ao redimensionamento de seus antigos postulados, pelo menos, no que diz respeito ao modo de conceber os cânones das narrativas nacionais. Antigos modelos e postulados, presentes tradicionalmente na historiografia do Instituto, sofreram um sensível processo de remodelação. Escritos de historiadores tradicionais que escreviam em nome da Casa, como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e João Manuel Pereira da Silva (1817-1895), foram revisitados e, por vezes, bastante criticados. Embora, alguns sócios ligados ao Instituto ainda tivessem permanecido defensores da restauração monárquica, o IHGB teve que estabelecer o debate com novos aspectos que estavam na ordem política, como o Estado federativo, o presidencialismo e a ampliação do regime representativo. Aqueles que escreviam em nome da Instituição, passaram a trazer para a história, o resgate da imagem positiva de homens como Tiradentes e os personagens envolvidos nos episódios pernambucanos, como Frei Caneca, Padre Roma, Padre Miguelinho, Domingos José Martins, além dos “heróis” da Restauração, como João Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias.

No esteio dessa necessidade do redimensionamento das tradições brasileiras também atuavam os institutos históricos e geográficos locais, que, nesse começo do século XX, buscavam recursos, meios e, sobretudo, espaços de atuação, a fim de produzirem suas próprias versões acerca das narrativas nacionais. Embora adotassem o padrão administrativo e organizacional da instituição histórica matriz, o IHGB, os discursos e as historiografias desses institutos locais assumiam suas próprias incumbências, quais sejam, sublinhar a importância de suas histórias, eventos e heróis, no cenário da narrativa nacional.

Nos dois casos, tanto no IHGB, quanto nos institutos históricos locais, é notória a utilização do recurso das datas comemorativas como oportunidade para

disseminação de seus novos postulados. No Instituto Arqueológico Pernambucano (IAGP), por exemplo, a data da própria inauguração da Casa, dia 27 de Janeiro de 1862, foi escolhida em homenagem à data aniversária da Restauração Pernambucana, ocorrida em 1654. Em várias ocasiões, discursos proferidos nas sessões solenes do Instituto Pernambucano demonstraram o quanto havia a clara consciência da importância do reforço da memória, trazida por ocasião de uma comemoração. A preocupação em deixar um legado para a posteridade, que positivasse os fatos considerados importantes para história nacional, era, portanto, muito presente. Como disse certa vez Muniz Tavares, autor de *História da revolução de Pernambuco em 1817* “os aniversários são a consequência necessária da continuidade respectiva, pode-se dizer – manifestação solene do culto prestado à idéia, e ao homem um, ou muitos, que a concebem e realizam”¹⁶.

Enfim, como forma de valorizar a memória de eventos e personagens, as celebrações eram condição inerente ao próprio jogo de interesses políticos e culturais da época. Elas estavam presentes nos mais diversos processos de manipulação de memória coletiva, principalmente, naquilo que se referia às comemorações nacionais. Configurava-se como uma espécie de “tradição inventada”¹⁷, um esforço de reforçar símbolos e valores, os quais, a história funcionaria como o agente legitimador das ações e como o cimento de coesão grupal¹⁸.

Nessa lógica, devemos ter em conta que as efemérides são, por natureza, momentos propícios para a análise do historiador, posto que constituem um ambiente privilegiado para o estudo da cultura material e das diversas representações criadas para comemorar eventos eleitos importantes para a memória coletiva. O estudo das comemorações nacionais é muito pertinente, uma vez que elas são objeto de interesses políticos, ideológicos, éticos, etc. Como bem definiu Paul Connerton¹⁹, as cerimônias comemorativas são performances em forma de ritos que foram inventados num determinado momento, podendo se

¹⁶“Discurso do Exm. Cons. Mons. F. Muniz Tavares, presidente efetivo, na sessão magna de 27 de Janeiro de 1868”. *Revista do IAGP*, tomo 3, n.º 27, Recife, 1870, p.160.

¹⁷ Utilizamos a idéia de “tradição inventada” tal como Eric Hobsbawm. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

¹⁸ *Ibid.*, p.21.

¹⁹ Paul Connerton. *How societies remember*. Cambridge: University Press, 1989.

ressignificar em diferentes contextos históricos. Assim, às vezes, uma mesma comemoração pode assumir conteúdos diversos dentro de um mesmo contexto, de acordo com as conveniências de quem as inventa, ou as reinventa. Constituem, em última instância, um processo que visa forjar uma tradição, com objetivos bem delimitados, o qual, o passado nacional é utilizado para fortalecer a coesão e a organização social do presente.

Nesse sentido, as comemorações devem ser compreendidas, antes de tudo, como datas construídas. Normalmente, são promovidas por organizações nacionais com a finalidade primeira de rememorar, de valorizar a memória. Alimentar o vínculo com a memória seria, pois, a principal razão pela qual uma dada instituição, normalmente, representante de um grupo de interesses, predisponha-se a promover um roteiro de atividades comemorativas.

As celebrações nacionais costumam, em geral, adequarem-se ao caráter coletivo da nação, na medida em que elas se relacionam a um projeto de edificação de uma identidade nacional, de um sentimento cunhado através de um passado criado ou redefinido. Esse caráter intencional, inerente à própria intenção da organização dessas celebrações, leva à preocupação em se criar rituais que possam atingir a emoção e o coração dos indivíduos de uma sociedade. O critério para se atingir esse objetivo deve levar em conta os valores éticos próprios de cada sociedade.

Assim, para que haja sucesso no alcance das comemorações nacionais é preciso que estas sejam elaboradas, tendo como parâmetro, os valores culturais já constituídos em uma sociedade. Quando se pensa, por exemplo, na figura do herói nacional, é preciso ter em conta o quanto sua imagem deve estar vinculada às aptidões e às inclinações naturais dos indivíduos sociais. A imagem de um herói nacional deve conter traços de identificação com o homem comum. Somente dessa forma, essa figura poderá tornar-se, efetivamente, um herói para a nação.

Analisando a questão do “mito do salvador”, no conjunto das mitologias engendradas na esfera política, Raoul Girardet²⁰ alertou para a necessidade da adequação da personalidade do “salvador virtual” às necessidades de uma

²⁰ Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

sociedade em um dado momento de sua história, e não só às expectativas de um determinado grupo político dominante. Sem essa característica fundamental, a figura do herói nacional pode não se consolidar, pois precisa atender a certas prerrogativas impostas, em alguma medida, pela esfera da psicologia social.

Também José Murilo de Carvalho²¹ concordou em dizer que a criação dos símbolos de uma dada sociedade não é arbitrária e não se faz no vazio social. A figura do herói nacional, assim como as comemorações, os hinos e as bandeiras fazem parte de um panteão cívico de figuras que se tornam arquétipos de valores ou aspirações coletivas. Estes assumem o papel de auxiliar na definição de identidades e no processo de ensinar condutas desejáveis, conformando-se a uma projeção de interesses específicos.

Desse modo, ao estudarmos o conjunto das práticas políticas de um país, podemos interpretar um campo de acepções culturais que abarcam os imaginários sociais de forma relativamente espontânea, e não somente a conduta dos atores políticos envolvidos nas relações de poder que engendram a dinâmica de construção e ressignificação dos fatos, heróis e todas as instâncias que tiverem o seu valor medido por força simbólica.

É bem verdade que, em alguma medida, devemos considerar o processo de construção dos mitos nacionais como uma espécie de “artifício” produzido pelo poder político. Os estratagemas, conduzidos por aqueles que detêm o poder de influência e de decisão sobre os destinos de uma sociedade, não devem ser pormenorizados, havendo a necessidade, ao contrário, de serem valorizados, enquanto caminho para a compreensão das engrenagens constituintes do processo de construção dos mitos políticos nacionais. Normalmente, eles fazem parte de um processo maior que visa solucionar, ou, pelo menos, amenizar, as tensões, os conflitos e as contradições, características comuns às conjunturas de transformação e consolidação dos novos sistemas políticos.

Assim, é importante que o estudo da linguagem política tome, como ponto de partida, as “falas” dos grupos políticos dirigentes, que articulam os seus interesses e são tendenciosos a favor deles²². As “tradições inventadas”,

²¹ José Murilo de Carvalho. “Tiradentes: um herói para a República”. In: _____. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

²² J. G. A Pocock. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p.68.

entendidas como um conjunto de práticas, de natureza ritual e simbólica, que visam inculcar certos valores e normas historicamente “apropriadas”²³ em uma determinada sociedade, devem ser o ponto de partida de qualquer análise que vise à compreensão do processo de construção de mitos nacionais. O que se conservou na memória popular foi, normalmente, selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo²⁴.

No entanto, devemos levar em conta que essas “insídias” promovidas pelo poder político, levam em consideração as expectativas presentes em cada sociedade, suas inclinações, preferências, aptidões e experiências vividas. O próprio sucesso dessas “tradições inventadas” depende da utilização de elementos genuínos de uma dada sociedade. A consideração do conjunto desses fatores, entendido como uma mescla de elementos artificiais e espontâneos, permite uma visão mais ampla acerca das engrenagens que movem o processo de construção dos símbolos de representação de um determinado sistema político.

Além disso, é preciso que se diga que esses processos de reconstrução do imaginário social não devem ser compreendidos como um mero artifício explícito das elites políticas para atingir seus objetivos políticos e econômicos. Já disse Luiz Costa Lima²⁵, que o controle do imaginário quase nunca é visível e localizável, ao contrário da censura, por exemplo, que se mostraria de forma muito mais explícita. Ele se dá de forma maleável, naturalizando-se às engrenagens próprias da cena social, estando presente nas relações de poder entre os indivíduos e nas formas já consagradas de normatizar estas relações.

Essa idéia da forma “natural” com que se viabiliza o controle do imaginário social aproxima-se, em parte, daquilo que Anthony Smith chamou de “artifício parcial e fragmentário de interesses”²⁶. Ao referir-se à identidade nacional como

²³ Eric Hobsbawm. “A invenção das tradições” (Introdução). In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Para Hobsbawm, essa “invenção das tradições” depende de um sistema, normalmente, regulado por regras tácita ou abertamente aceitas, que visam inculcar certos valores, ou normas de comportamento, através do recurso da repetição, o que implica, automaticamente, numa continuidade “bastante artificial” em relação ao passado, p.9.

²⁴ Ibid., p.21.

²⁵ Luiz Costa Lima. *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, as relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

²⁶ Anthony D. Smith. “Conmemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales”. *Rev. Mexicana de Sociología* (Instituto de Investigaciones Sociales), vol. 60, nº 1, 1998, pp.61-80.

uma categoria “imaginada”, “inventada”, mas, ao mesmo tempo, “híbrida”, Smith chama a atenção sobre a importância de considerarmos as peculiaridades étnicas de cada nação, para então, compreendermos de que forma se estruturaram os artifícios impingidos pelo poder político. As representações acerca do passado só ganham grande significação em determinada sociedade, se tiverem a capacidade de ressonância no imaginário popular. Elas devem ser tangíveis ao homem comum se quiserem se tornar símbolos de representação eficazes para o atendimento dos interesses políticos.

Nesse sentido, “o conceito de nação e sua identidade não são nada sem seus populares”²⁷. Só o interesse dos grupos políticos ligados ao poder não basta. Os símbolos constituintes da identidade nacional devem ter significado para as pessoas comuns. As experiências de glória e de tragédia que constam nas narrativas históricas são postas para inspirarem, antes de tudo, a ação coletiva. Visam, em última instância, traçar padrões de comportamento, forjando uma identificação dos indivíduos com a nação. Para que esse artifício torne-se efetivo, é preciso que se leve em consideração o legado étnico de uma sociedade, bem como os mitos e lembranças compartilhadas por um conjunto de indivíduos. O poder político assumiria, então, o papel de assimilar, selecionar, reinterpretar, reconstruir e de transmitir os elementos componentes de uma identidade nacional para a sociedade do presente e para as gerações futuras. Tudo isso, levando-se em consideração um território histórico reconhecido por si e pelos outros, no qual esteja contida a idéia de Pátria - entendida como um território nacional, repleto de emoções e de sentimentos do povo que nela habita e que se sinta pertencente. É o caráter étnico da nação que estabelece o simbolismo mais adequado a uma determinada sociedade. Nesse sentido, as questões mais adequadas a serem formuladas por aqueles que ambicionam forjar um modelo de identidade nacional seriam: Que tipo de mitos, eventos e heróis se adaptam melhor às necessidades e condições presentes? Quais as referências que irão tocar mais fundo no coração do povo de uma nação que se pretende construir?²⁸.

²⁷ Ibid., p.70.

²⁸ Para o aprofundamento dessas questões ver Anthony D. Smith. “Conmemorando a los muetos...” Op. Cit.

No contexto da Primeira República brasileira, podemos dizer que a urgência em se consolidar o novo sistema político levou à necessidade de uma reconstrução do imaginário social, processo conduzido por aqueles que, a partir de então, comporiam o grupo social vencedor, no âmbito da nova conjuntura. Compromisso louvável, já que a criação de qualquer nova ordem política deve ter como ponto de partida um ato de imaginação²⁹. Era imperioso engendrar as bases de construção de uma identidade nacional desejável, que, pelo menos na teoria, atendesse às expectativas coletivas.

José Murilo de Carvalho³⁰ e Edgar Leite Ferreira Neto³¹ mostraram como se pretendeu recriar o imaginário coletivo no momento de consolidação das bases do novo sistema político republicano. Através de ações específicas, como a produção e recriação de novos símbolos nacionais, tais como celebrações, monumentos, bandeiras e hinos, buscava-se o apelo ao civismo e ao patriotismo, bem como a redefinição do imaginário coletivo.

Mas qual seria o papel do Estado na construção das identidades nacionais? Muito se tem discutido aqui sobre o papel desempenhado pelo Estado nacional, como agente mediador nesse processo de construção da identidade nacional republicana. No entanto, devemos perceber a nação como obra construída exclusivamente pelos grupos dirigentes, ou considerar outros aspectos importantes nessa composição, como as etnias, as culturas e as tessituras sociais? Até que ponto, podemos maximizar ou minimizar o papel do Estado como ator integrante, propulsor e delineador dos elementos componentes do processo de construção nacional?

Segundo a tese de Eric Hobsbawm³², a nação deve ser percebida como uma categoria “inventada”, dotada de uma característica artificial, na medida em que teria sido construída de cima para baixo, isto é, balizada pelos interesses dos grupos sociais dominantes que “forjaram” a nação, utilizando-se de recursos,

²⁹ A expressão é de Renato Lessa. In: ____ *A invenção republicana; Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988, p.137.

³⁰ José Murilo de Carvalho. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

³¹ Edgar Leite Ferreira Neto. “O imprevisto da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX”. Niterói, UFF, 1989 (dissert. Mestrado-mimeo).

³² Eric Hobabawm e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Hobsbawm defende sua tese das tradições inventadas, tendo por fonte, manuais de ensino, efemérides e comemorações na França, na Alemanha e nos Estados Unidos no fim do século XIX.

como a própria produção das tradições coletivas de uma sociedade. O movimento inverso, ou seja, de baixo para cima, também teria a sua importância nessa composição, já que para o historiador britânico, o Estado e seus representantes assumiriam a função de re-combinar elementos já existentes na esfera social. Esses verdadeiros agentes “inventores das tradições” desempenhariam o papel de fabricar um modelo de nação relativamente recente na história, que se encontra intimamente relacionada a um certo tipo de Estado territorial moderno, o Estado-nação.

Também Ernest Gellner³³, concebe a nação como uma “invenção” instrumentalizada pela era industrial, necessária para o homem estabelecer uma relação de fidelidade coletiva, determinada territorialmente. A nação legitimaria, portanto, as sociedades industriais e proviria do nacionalismo, entendido como um princípio político que engendraria a coerência uníssona das instâncias nacional, política e cultural. O nacionalismo assumiria o papel de engendrar as nações, usando de modo seletivo, materiais já existentes e, frequentemente, inventado. Tanto Hobsbawm quanto Gellner inscrevem-se numa perspectiva que procura entender de que modo “as narrativas da nação” assumem o papel fundamental na promoção de uma homogeneidade cultural e no processo de construção artificial de uma identidade nacional.

Numa perspectiva diversa, podemos situar as teses que tendem a priorizar a importância dos aspectos culturais para compreender as questões nacionais. Benedict Anderson³⁴, por exemplo, toma as nações como "artefatos culturais", definindo-as como "comunidades políticas imaginadas", destacando a eficiência dos símbolos que se criam no interior da nação, ao se afirmarem numa lógica circunscrita numa comunidade imaginada, limitada e soberana.

Já Anthony Smith³⁵ destaca a importância de considerarmos os aspectos culturais já dados, que funcionam como construtos que se incorporam ao Estado-nação. Ao contrário da visão instrumentalista acerca dos interesses de grupos

³³ Ernest Gellner. *Nações e nacionalismo*. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1993.

³⁴ Benedict Anderson. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

³⁵ Ver principalmente: Anthony D. Smith. *Theories of nationalism*. London: Duckworth, 1983. _____. *The ethnic origins of Nations*. Oxford: Blackwell, 1996.; _____. *The nation in history. historiographical debates about ethnicity and nationalism*. Hanover: University Press of New England, 2000.

políticos ligados ao Estado, defendida por autores como Hobsbawm, Smith finca o seu ponto de vista na instância civil e étnica, no qual, o fator identidade une os grupos políticos que querem a nação. Para ele, as teses que identificam os conceitos de nação e de nacionalismo, a partir de aspectos deterministas, como o artificialismo e a modernidade, constituem uma concepção mítica sobre o assunto³⁶.

No caso do Brasil, um país com um histórico de conflitos internos de ordem social, étnica e racial, promovidas por fatores como a escravidão e a imigração de estrangeiros provindos de vários lugares do mundo, podemos dizer que a formação da idéia de nação seguiu de forma peculiar, na ausência de elementos que pudessem reforçar a idéia de uma identidade baseada na origem, em uma realidade permeada por etnias variadas e misturas diferentes de etnicidade. Inexistiam elementos que realçassem a imagem de um mesmo passado coletivo, bem como um patrimônio comum de história compartilhada de idéias, símbolos e aspirações, que amalgamasse, naturalmente, num mesmo sentimento de pertença, portugueses, escravos, imigrantes, filhos da terra e as misturas étnicas formadas pela miscigenação desses grupos. Assim, o projeto de nação engendrado pelos grupos políticos dirigentes, frequentemente, conformou as referências dessas diversas etnias num mesmo plano, como forma de homogeneizar as heterogeneidades, bem como amenizar a imagem dos conflitos resultantes de um processo de cerca de quatro séculos de subjugação ou exclusão de grupos sociais determinados, como os indígenas e os africanos.

De certo, o papel do Estado e de seus representantes como agentes gerenciadores de um projeto nacional para o Brasil foi peça fundamental, primeiro para a legitimação da ordem monárquica e, posteriormente, para a consolidação do sistema republicano, estando presente em ações e idéias em vários momentos posteriores da história política do Brasil, elegendo e afirmando símbolos e heróis pátrios que servissem aos interesses do Estado. A criação do IHGB, um espaço oficial concebido para escrever as linhas da história e da memória nacionais, e atender as demandas de um projeto de nação que variou conforme as flutuações

³⁶ Ver Anthony D. Smith .“O Nacionalismo e os Historiadores”. In: Gopal Balakrishnan (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

políticas de cada época, configurou um bom exemplo dessa íntima relação entre Estado e nação, no caso do Brasil. Contudo, há que considerar também os aspectos culturais, presentes como argamassa para a formação de sentimento de identidade, que mesmo que tenham sido engendrados e manipulados por elites interessadas em imputar comportamentos coletivos desejáveis, só ganhariam aceitação no imaginário coletivo, na medida em que seus discursos guardavam pontos de identificação com a história e a cultura da sociedade brasileira.

Mas como esses intelectuais brasileiros expressaram-se sobre o tema nacional, no contexto de implementação e consolidação da Primeira República Brasileira? Proclamou-se a República, quase de forma concomitante, em que se aboliu a escravidão. Desagradou-se a alguns setores sociais, ao mesmo tempo em que se satisfiz os anseios de outros grupos. Àqueles que se dispuseram a discutir o passado, o presente e o futuro de um país, assumiram a missão imperiosa de criar uma nação, tendo como pano de fundo, uma República federativa e seus dilemas políticos e econômicos. Todos precisaram se recolocar diante de tantas dúvidas e transformações.

Dessa forma, podemos conceber na geração de intelectuais da Primeira República uma busca de uma identidade coletiva para o Brasil, expressa em seus discursos como forma de alicerce para um novo projeto de construção da nação. De um modo geral, podemos identificar três principais correntes acerca daquilo que se pensava para o futuro do destino do Brasil no contexto pós 1889: Havia aqueles que positivavam o passado colonial e o Império, os chamados monarquistas; existiam aqueles que entendiam a República como uma ruptura necessária; e por fim, aqueles que elegeram como a marca da identidade nacional brasileira, questões específicas, como o ufanismo sobre a exuberância da natureza e a valorização da miscigenação das raças.

No plano político, dentre os que aderiram à causa republicana, ainda podemos identificar diferentes projetos acerca da melhor forma de se conduzir os caminhos do novo sistema político em fase de consolidação. Primeiro havia o jacobinismo, de inspiração francesa, que idealizava a democracia clássica, com participação dos cidadãos de forma direta nas decisões políticas do país. Em geral, foi aderido pelos pequenos proprietários, profissionais liberais e estudantes, tendo na figura de Silva Jardim, um porta-voz influente nos círculos políticos e

intelectuais da época. Havia também a teoria do liberalismo, de inspiração americana, baseado no projeto de uma sociedade de indivíduos autônomos e do livre mercado, amplamente aceito pelos proprietários rurais paulistas, por evitar a ampla participação popular nos destinos da política. Já os positivistas, basicamente militares, idealizavam um futuro nacional mitificado, tendo por base os princípios da religião da razão, de Auguste Comte. Teve ampla representação entre os intelectuais e políticos do Rio Grande do Sul, especialmente os da facção associada à figura de Júlio de Castilhos³⁷.

No começo do século XX, as divergências e disputas políticas permaneceram. Passado o momento de instauração do novo regime era preciso consolidar as bases ideológicas que iriam dar respaldo ao Estado nacional. Esse caminho seria alcançado, sobretudo, pela afirmação dos valores e símbolos nacionais que iriam viabilizar e alavancar esse projeto. Monumentos, cerimônias, festas, mitologias e mártires nacionais seriam inventados ou ressignificados com o objetivo de criar e difundir identidades nacionais. O passado nacional seria utilizado para fortalecer o presente.

Tal perspectiva se torna ainda mais clara se tomarmos como ambiente privilegiado de análise, os preparativos dos eventos de comemoração nacional. As chamadas “datas magnas” eram consideradas ocasiões perfeitas para sacralizar os valores e os símbolos da nação, a fim de consolidar e perpetuar a identidade nacional.

Nesse sentido, já por volta de 1898, o IHGB pensava em organizar o Congresso Internacional de História da América³⁸, parte integrante das comemorações oficiais do primeiro centenário da Independência. O Congresso ocorreria entre os dias 8 e 15 de setembro de 1922 e reuniria historiadores de outras instituições históricas do continente americano para discutir questões comuns presentes nas histórias nacionais desses países.

³⁷ Cf José Murilo de Carvalho. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

³⁸ No IHGB, as comemorações do centenário da Independência incluíram a organização de um Congresso de História da América, bem como a publicação de uma série de conferências sobre os acontecimentos de 1822. Sobre o Congresso em específico ver: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. “Um olhar sobre o continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. *Estudos Históricos*, vol.10, nº 20, 1997.

No dia 7 de Setembro de 1914, o IHGB promoveria o Primeiro Congresso de História Nacional³⁹, a fim de promover o culto à nacionalidade, através da publicação de trabalhos que versassem sobre diferentes temas considerados fundamentais para a história brasileira. A data sugestiva também se inseria no contexto das preparações oficiais para as comemorações do centenário da Independência.

Em 1922 seria realizada no Rio de Janeiro uma exposição internacional, organizada pelo governo federal, para celebrar o ideal nacional. O enfoque da exposição propunha uma transformação urbanística da capital carioca voltada, sobretudo, para a questão sanitária e para o tema da urgência da modernização do país. Na exposição estariam presentes representantes de diversas partes do mundo, figuras ilustres, além do próprio presidente Epitácio Pessoa, com direito a cobertura da imprensa, parada militar e juramento patriótico com a bandeira e o hino nacionais⁴⁰.

No caso específico das comemorações dos centenários, podemos dizer o ambiente de análise para o historiador torna-se ainda mais rico, posto que a multiplicação de monumentos, eventos e publicações acerca do objeto de comemoração nacional, mostram-se, normalmente, carregadas de apelos de civismo, funcionando como instrumento de construção de identidades e valores comuns. Nesse caso particular, o caráter artificial das celebrações torna-se ainda mais evidente, na medida em que, o recurso da utilização das “datas redondas”, como oportunidade para a rememoração, deflagra ainda mais a intencionalidade de quem promoveu o evento. Nesse sentido, podem constituir importantes fontes para os estudos preocupados em pensar as tramas que envolvem o processo de invenção das tradições nacionais, além das polêmicas que, geralmente, suscitam essas invenções.

³⁹ A esse respeito ver: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. “Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX”. *Tempo*, v.9, n. 18, Niterói, Jan. Jun, 2005.

⁴⁰ A esse respeito ver Marly Silva da Mota. “A nação faz cem anos. O centenário da Independência no Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú (MG), 20-23 out. 1992.

Lúcia Guimarães⁴¹ nos chama a atenção sobre algo já apontado por Pierre Nora⁴² - a emergência da noção de “centenário” no mundo ocidental, no último quartel do século XIX⁴³. Essa noção, presente em enciclopédias e dicionários da época, entronizou a idéia de celebrar os centenários dos grandes fatos da história nacional como uma data especial. Apareceu, a partir da comemoração de três centenários emblemáticos: o da Revolução Americana, em 1876, o da Revolução Francesa, em 1889, e o centenário do século, em 1900.

Essa idéia de festejar o centenário se aplicaria em vários eventos de comemoração nacional no contexto da Primeira República. No caso particular dos institutos históricos, celebrar o centenário de uma data especial se tornaria uma prática comum nas sessões solenes especialmente organizadas para esse fim. Assim, o IHGB celebraria os cem anos da morte do poeta Cláudio Manuel da Costa, da Conjuração Mineira⁴⁴, os cem anos dos movimentos pernambucanos de 1817⁴⁵ e de 1824⁴⁶ (Confederação do Equador), os cem anos da Independência⁴⁷ e os cem anos do nascimento de D. Pedro II⁴⁸.

⁴¹ Lúcia Maria Paschoal Guimarães. “Um olhar sobre o continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. *Estudos Históricos*, vol.10, nº 20, 1997.

⁴² Pierre Nora. *Les lieux de mémoire*. Les Frances: Paris, Gallimard, 3. Vol., 1994.

⁴³ Junto com a noção de “centenário”, os autores também destacam a idéia de “geração”, entendida como “uma reunião de classes de idade, um conjunto de homens e mulheres, cujas idéias, sentimentos, modos de vida são os mesmos, e que se apresentam nas mesmas condições físicas, intelectuais e morais aos fatos e acontecimentos maiores que afetam a sociedade onde estão inseridos” (Pierre Nora. “La génération”. In:____. (dir). *Les lieux de mémoire*, v.1, Paris, Gallimard, 1993, , p. 938). Apud Lúcia M. P. Guimarães. “Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 20, 1997, p. 218.

⁴⁴ “Homenagem ao centenário de Cláudio Manuel da Costa”. *Revista do IHGB*, tomo53, parte1, Rio de Janeiro, 1890.

⁴⁵ “Sessão solene do centenário de 1817”. *Revista do IHGB*, tomo 82, v.136, Rio de Janeiro, 1917.

⁴⁶ “Sessão solene especial em 2 de Julho de 1924, comemorativa do centenário da Confederação do Equador”. *Revista do IHGB*, tomo 96, v.150, Rio de Janeiro, 1924.

⁴⁷ No IHGB, os festejos do centenário da Independência, considerada a data que demarcaria o grande marco da consagração nacional, contou com a organização de vários eventos e publicações programadas em razão da efeméride. Dentre eles, o Congresso Internacional de História da América, a publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, além da publicação de uma série de conferências publicadas sob o título “O Ano da Independência” (*Revista do IHGB*, 1922).

⁴⁸ A *Revista do IHGB*, de 1925 (tomo 98, v.152) foi toda dedicada às comemorações do nascimento de D. Pedro II. Nesta, vários autores prestaram sua homenagem em textos que destacaram os grandes predicados do Segundo Imperador brasileiro.

O texto de Max Fleiuss, “Centenários do Brasil”⁴⁹, publicado pelo IHGB, em 1901, torna-se bem sugestivo para a compreensão do uso que se fazia das datas centenárias nos Institutos Históricos. Nesse caso em especial, o autor, que foi secretário perpétuo do IHGB e sócio de vários institutos históricos estaduais, optou por destacar alguns feitos históricos, considerados por ele, como essenciais no contexto da história nacional brasileira. Em linhas gerais, ele divide o seu trabalho em três espaços temporais de cem anos, começando com os anos de 1600, o qual ele destacou a bravura de homens como Mem de Sá e de seu sobrinho Estácio de Sá, que em sua época, expulsaram os franceses e, segundo suas perspectivas, teriam restaurado “o domínio de nossa pátria para nossa futura Independência”⁵⁰. Já em relação aos anos de 1700, o autor destacou a bravura dos brasileiros de Pernambuco, que teriam restaurado o Brasil do jugo holandês e mantido acesa a chama das idéias de liberdade nos horizontes do Brasil. A proeminência presente na história do Brasil nos anos 1800 caberia a “revolução” de Minas, anunciação de uma “nova nacionalidade”, inspirada nos ideais dos movimentos na Europa e da América do Norte, e que expressava o espírito liberal de muitos brasileiros “como uma aurora esplêndida e próxima do movimento de sua Independência”⁵¹.

Na perspectiva do texto de Fleiuss, os prenúncios de um sentimento de nacionalidade, que culminariam com a formalização da Independência em 1822, já estariam presentes em episódios anteriores da história do Brasil. A construção argumentativa do autor tinha por base uma perspectiva de longa duração, ancorada numa visão linear da história e que, nesse caso específico, optou por destacar a notoriedade de feitos históricos circunscritos em espaços temporais de cem anos. A importância dada às datas redondas, aos espaços temporais delimitados, à passagem do século, e, particularmente, aos aniversários e aos centenários pode ser verificada em vários escritos publicados na imprensa oficial e nos Institutos Históricos e Geográficos.

⁴⁹ Max Fleiuss. “Centenários do Brasil”. *Revista do IHGB*. tomo 64, parte 2, v. 104, Rio de Janeiro, 1901. pp.91-132.

⁵⁰ Max Fleiuss. “Centenários do Brasil” Op. Cit., p.97.

⁵¹ *Ibid.*, p.110.

Em relação ao caso específico das comemorações do centenário da República de 1817, objeto de nossa análise, podemos dizer que o assunto foi alvo de ponderações e ajuizamentos na época. A questão era saber até que ponto era interessante resgatar a memória desse episódio histórico, a fim de afirmar e legitimar o regime do presente. Uma vez aceito o fato de que esse resgate era interessante, como operacionalizar os festejos, tendo em vista a necessidade de garantir uma direção segura na significação do evento?

Outras questões importantes também se colocam: O que teria levado o governo federal, na época a cargo de Venceslau Brás (1914-1918), a aderir às comemorações do centenário da República de Dezesete? De que forma a Insurreição Pernambucana de 1817 teria sido ressignificada nesse contexto de grandes instabilidades sociais? A ânsia de responder essas perguntas configura a espinha dorsal dessa tese - compreender as razões que engendraram a grande festa que se fez em torno da comemoração do centenário de 1817.

Essas questões ganham ainda maior relevância de pensarmos que, no Império, a experiência republicana de 1817 foi frequentemente representada negativamente. No âmbito da historiografia oficial do século XIX, mais precisamente, no modelo de história nacional produzido no IHGB, assuntos como 1817, as revoltas regenciais e a Conjuração Mineira sofreram silenciamento ou foram desqualificados.

Varnhagen, por exemplo, na primeira edição de sua *História Geral* desqualificou explicitamente Tiradentes, tendo atribuído os “poucos méritos” da Conjuração de Minas, aos “homens de letras e de ciências”. Sobre Dezesete ele chegou a declarar ser esse assunto “pouco simpático”, e que, se pudesse, o deixaria de fora do rol de episódios históricos mais importantes na história do Brasil. Afinal, um evento que teria tentado contra o “benéfico” D. João VI, não poderia ser considerado uma glória nacional⁵². Sobre Frei Caneca, referência ideológica de Dezesete e da Confederação do Equador e redator do jornal *Typhis Pernambucano*, ele chegou a dizer o seguinte:

⁵² Francisco Adolfo Varnhagen. *História geral do Brasil*. Apud José Honório Rodrigues. *História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.58.

“... não podemos, pois, apreciar os grandes crimes de que foi acusado o pregador e redator da folha Typhis Pernambucano, a favor da qual, chegou a pôr embargos o cabido de Olinda, mas supomos que não seriam maiores do que os mesmos juízes poderiam imputar a um grande número de jornalistas, especialmente em algumas províncias”⁵³

A pouca simpatia por Dezesete no Império daria lugar à nova ressignificação do evento nos tempos republicanos. A necessidade da construção de uma nova ordem republicana trazia a urgência do redimensionamento dos cânones das narrativas nacionais. A adesão do Estado nacional e do IHGB às comemorações do centenário de Dezesete deve ser compreendida nessa perspectiva mais ampla. O que antes não era bem quisto, acabou por se tornar um instrumento de grande utilidade.

Assim, no IHGB e em alguns institutos históricos locais, o dia 6 de março de 1917 foi celebrado com o epíteto de grande festa nacional⁵⁴. No Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) foi designada uma comissão especial para a organização dos grandes festejos por ocasião da efeméride, que reuniria os estados que participaram da insurreição ocorrida em 1817 - Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O “Leão do Norte”, como era conhecido o Instituto Pernambucano, fazia questão e reivindicava para si, o direito da organização oficial dos festejos do centenário no país.

Na perspectiva do governo federal, podemos dizer que assentir as comemorações do evento poderia ser algo vantajoso. Era preciso legitimar o *status quo* de um modelo de República federativa baseado em práticas políticas e sociais próprias da época. Tentativas de golpe, com a participação de populares, militares e monarquistas eram consideradas uma possibilidade real entre os grupos políticos civis que se revezavam no poder no contexto político conhecido como

⁵³ Francisco Adolfo de Varnhagen. “História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data”. *Revista do IHGB*, tomo 79, 1, 1916, p. 436-438.

⁵⁴ Um trabalho interessante sobre a festa que se fez em torno do centenário de 1817, em contraste com a pouca atenção que se deu a esse episódio histórico no século XIX, pode ser encontrado em: Lúcia Maria P. Guimarães. “Entre a monarquia e a república: a revolução pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” In: Mônica Leite Lessa e Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca (org.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008; ver também da mesma autora: _____. *Da escola palatina ao silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

“política dos governadores”. Nesse sentido, como ignorar um movimento que implantou, em sua época, um modelo explícito de República, antes mesmo da formalização da Independência política do Brasil? O caráter republicano de Dezesete poderia se tornar apropriado em um contexto marcado pela necessidade de afirmação de valores e símbolos que se identificassem com a República.

Por outro lado, como lidar com o incômodo de resgatar a memória de um episódio histórico que teria contado com a participação de setores sociais marginalizados, como escravos, por exemplo? As comemorações do centenário de Dezesete poderiam ser de grande utilidade para a entronização de símbolos, heróis e valores de conteúdo republicano, mas como manejar esses elementos sem aguçá-los, ainda mais, os conflitos sociais da época? Essa fórmula de “meio termo” deveria ser encontrada e administrada pelo Estado, a fim de garantir o apaziguamento dos ânimos e a manutenção da ordem política e social. Tal incumbência caberia também às elites políticas e letradas brasileiras, que atuavam nos mais diversos espaços de discussão política da época.

Aliada a todas essas questões, será preciso considerar a urgente necessidade de se forjar uma tradição republicana no país. A ênfase na idéia da existência de um ideal republicano, que deveria ser narrada desde o período colonial, visava à superação da ausência dessa tradição, ao mesmo tempo em que poderia resolver a necessidade da construção de um mito de origem para a nação republicana. A República não poderia ser encarada como um capricho dos militares, ou mesmo, dos grupos que apoiaram a implantação do novo regime. Deveria, antes de tudo, ser fruto dos feitos memoráveis de um passado glorioso, o amadurecimento de aspirações incipientes que teriam desembocado na superação do regime monárquico e na implantação do sistema republicano em 1889.

Daí o caráter oportuno da comemoração do centenário de Dezesete - um episódio histórico que poderia servir aos interesses do governo republicano, mas que, ao mesmo tempo, requeria cuidados, já que poderia assumir conteúdo “arriscado”, tendo em vista o contexto conturbado dessas primeiras décadas do século XX. O governo, nesse caso, deveria assumir o difícil papel de “guardião” dos rumos que tomariam a memória nacional. Aquele que deveria unir as vozes dissonantes e as memórias divididas, em prol da construção de uma memória nacional uníssona e conveniente.

Nesse sentido, as estratégias memorialistas deflagradas pelo artifício da comemoração dos cem anos de 1817 podem ser encaradas como parte de uma ação pedagógica para recriar um universo cívico republicano. Era preciso reinstaurar as molduras para a vida social, objetivo que seria alcançado através da produção de novos símbolos republicanos. Estes poderiam ser bandeiras, hinos, monumentos ou, mesmo, um novo calendário celebrações oficiais, que aquiescesse a importância de novos eventos e heróis nacionais. O trabalho do grupo dirigente era, pois, manter viva a idéia da República, como um slogan de propaganda publicitária⁵⁵, que reverberasse nos ouvidos do público em geral.

A finalidade última das comemorações de Dezesete seria, assim, uma forma de ação para a fabricação de um consenso entre os diversos grupos daquela sociedade. Para pôr em prática essa estratégia, a mensagem transmitida no conjunto das celebrações oficiais deveria ser a mais abrangente possível. Certamente havia um discurso que apelava para a necessidade de uma participação popular nos destinos do país, afinal, essa idéia estava contida na própria experiência republicana de 1817. No entanto, o resgate da memória do evento deveria primar, sobretudo, pelo controle. O sentido e o significado das celebrações seriam ditados pelos grupos dirigentes, em uma ação de “cima” para “baixo”. Somente dessa forma se atingiria a construção de uma ordem social, baseada no esforço de expressar identidade, e, sobretudo, coesão.

A importância da construção de um passado ideal ou mitológico, nesse processo que visava atingir estabilidade social, era, portanto, questão primordial. A construção do ideal republicano, viabilizada pelas narrativas da história nacional, deveria produzir discursos coerentes que não ensejassem grandes traumas ou conflitos em relação ao passado colonial e imperial.

Em certa medida, essa perspectiva já estava presente nas narrativas do IHGB produzidas no Império, quando o objetivo era escrever uma transição segura entre o período colonial e o imperial. Foi o que demonstraram os estudos

⁵⁵ A expressão é de Odaci Luiz Coradini . In: _____. “As missões de cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais do Rio Grande do Sul, (1920-1960)”. *Estudos Históricos*, v.2, n.32, 2003.

de Manoel Luiz Salgado Guimarães⁵⁶ e Lúcia Maria P. Guimarães⁵⁷, que chamaram a atenção para o esforço que os historiadores do IHGB fizeram, no Império, para produzirem histórias nacionais que estabelecessem uma conexão acautelada entre o passado colonial e o aquele presente.

No caso específico do processo de redefinição das narrativas nacionais no contexto republicano, a preocupação em acomodar as imagens do passado às novas necessidades e expectativas do presente, parecia maior que a intenção de demarcar grandes rupturas em relação à história nacional, escrita nos tempos da monarquia. Assim, a história do Brasil escrita em tempos de República oscilava entre os lugares de memória monárquicos e republicanos. A própria idéia da unidade nacional, já presente no Império e redimensionada na República, estava baseada nessa lógica de continuidade histórica.

Nesse sentido, a instituição monárquica foi concebida como etapa necessária, na medida em que o Brasil não era visto como maduro o suficiente para ter implementado, em 1822, uma República Federativa. Esse amadurecimento se daria ao longo do Império e levaria a desdobramentos importantes como a abolição do trabalho escravo e a implantação do sistema republicano federativo. Daí por diante, a idéia era preparar o Brasil para ser tratado em pé de igualdade com as nações mais adiantadas da época. A República era representada como o amadurecimento natural de uma sociedade que também deveria se orgulhar de seu passado.

A preocupação em conjugar, harmonicamente, o passado monárquico e o presente republicano, mostrava o quanto o Estado nacional buscava se equilibrar entre as tradições já constituídas e a conflagração de estratégias de readequação aos novos tempos. Assim, utilizava-se a estratégia dos rituais, das comemorações e da confecção dos símbolos e concretizava-se a invenção, a divulgação e a imposição de crenças e ideologias na instância social. Adaptando-se aos valores já

⁵⁶ Manoel Luiz S. Guimarães. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1 (1): 5-27, 1988.

⁵⁷ Lucia M. P. Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995; Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de história nacional”. Op. Cit.

constituídos e respeitando as próprias vocações da sociedade, tornava-se mais fácil o empreendimento de fazer com que o ideário republicano fosse respeitado.

Um exemplo dessa construção harmoniosa entre passado, presente e perspectivas para o futuro era a idéia da inevitabilidade da República, muito recorrente nos discursos da intelectualidade brasileira da época. Nessa perspectiva, o Império só teria feito adiar algo que já estaria no destino do Brasil. Apesar de ter sido uma etapa necessária, o Império seria um momento de transição a ser superado. A vocação republicana do Brasil já estaria presente em episódios históricos precedentes, a exemplo da experiência republicana de 1817.

Pedro Calmon, por exemplo, iria dizer que a opção da manutenção do sistema monárquico teria emanado da própria nação, que não tivera forças de impor uma vocação que só teria sido revelada em 1889⁵⁸. Já Joaquim Nabuco, apesar de reconhecidamente monarquista, iria utilizar essa idéia da vocação republicana como principal argumento para destacar os predicados de Pernambuco e reivindicar a reconstituição do passado glorioso da região:

“Para fazerdes Pernambuco republicano em nome de suas tradições, para colherdes a seara da liberdade republicana em torno dos cadafalsos dos seus mártires, não vos iludais, precisais reconstituir esse passado tal qual foi, ressuscitar esses sonhos patrióticos exatamente como eram, e então ser-vos-á impossível restaurar historicamente, como quereis, o Pernambuco dos holandeses, o de 1817, de 21 e de 24, para o fazerdes governar do Rio de Janeiro. Não tenhais dúvida a esse respeito. Essas tradições são maiores do que toda a sua eloquência, e quando depois de destruída a monarquia as quisésseis deixar de lado como armas inúteis ou perigosas, veríeis logo outros correrem a apossar-se delas, porque esse grandioso arsenal no nosso passado está aberto a todos os patriotas, e não o poderíeis fechar”⁵⁹.

Enfim, essa idéia da vocação republicana do Brasil foi veiculada em vários escritos de época, tendo sido utilizada para servir diferentes visões acerca dos caminhos da nacionalidade brasileira. Em todos os casos, o que se percebe é que o

⁵⁸ Pedro Calmon Moniz Bittencourt. “O papel de José Bonifácio em nossa Independência”. *Revista do IHGB*. Tomo especial para a publicação do Congresso Internacional de História da América, v.3, Rio de Janeiro, IHGB, 1922.

⁵⁹ Joaquim Nabuco em artigo de 16 de dezembro de 1888 publicado no periódico *A República em Pernambuco*. Apud Leonardo Dantas Silva (org.). *Nabuco e a República*. Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ: Ed. Massangana, 1990, pp.18-19.

passado monárquico deteve o seu lugar de importância, convivendo harmonicamente com os novos valores que buscavam legitimar o presente republicano.

Para além dessas questões, havia também um ponto importante a ser considerado. Os grupos dirigentes tinham a consciência dos frágeis laços que uniam os estados da Federação. Desde o tempo em que os estados eram províncias, essa vulnerabilidade de um Estado nacional que se esforçava para se manter único e indivisível, sempre foi motivo de preocupação entre os grupos dirigentes do Império. Naquela época, era notório o esforço em que se baseava o projeto de consolidação do Estado nacional. O conturbado período das regências ratificaria toda a vulnerabilidade desse projeto. Nesse sentido, as diversas aspirações autonomistas e federalistas que faziam parte do universo de idéias política da época, eram sintomáticas, já que evidenciavam o conglomerado de distintas realidades que representavam o Brasil, desde os tempos coloniais⁶⁰.

No que se refere, especificamente, às relações entre o Norte e o governo central, no decorrer de todo o século XIX, podemos dizer que aumentava, cada vez mais, a distância econômica e a discrepância entre as regiões. Segundo Evaldo Cabral de Melo, o aumento dessa distância entre esses “dois Brasis”⁶¹, potencializado a partir da década de 1870, teria se dado por influência de um conjunto de fatores, tais como o tráfico interprovincial de escravos e a imigração européia, o financiamento da grande lavoura, a modernização da agroindústria do açúcar nos engenhos centrais e do sistema de transportes, além da discriminação de rendas entre o governo imperial e as administrações provinciais⁶².

Nessa lógica, o rápido progresso do Sul e o lento progresso do Norte teriam se dado em razão da ação governamental imperial que reforçava o crescimento da economia cafeeira concentrado no Rio de Janeiro, e depois, em São Paulo. Isso teria influenciado diretamente no aumento das distâncias econômicas entre as

⁶⁰ A esse respeito ver: István Jancsó e João Paulo G. Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota. *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 1999.

⁶¹ Alusão à conhecida expressão de Joaquim Nabuco proferida em 1888. Apud Lilia K. M. Schwarcz. *O espetáculo das raças. cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p.118.

⁶² Evaldo Cabral de Mello. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

regiões, tendo repercutido, inclusive, na preterição do Norte, quanto aos melhoramentos materiais de infra-estrutura, como no caso da construção e modernização de portos e ferrovias.

De fato, podemos dizer que havia um ressentimento, entre as províncias do Norte, quanto à aplicação desigual de incentivos e recursos por parte do governo imperial. Principalmente em relação ao sistema de discriminação desigual de rendas do Império, que desprestigiava paulatinamente o tradicional entreposto comercial que funcionava em Pernambuco, por exemplo. Tal sentimento de insatisfação, por parte dos políticos, intelectuais e comerciantes da região, aparecia nos artigos de jornais de época, nos discursos parlamentares, e mesmo na literatura.

A prevalência dos interesses dos estados do Sul em detrimento dos interesses dos estados do Norte pôde ser comprovada, principalmente, através da votação de emendas constitucionais. O controle sobre a confecção das eleições dinamizou o aumento progressivo das desigualdades entre Norte e Sul, ou entre os estados mais ricos e mais influentes da federação e os estados periféricos. Essa situação foi denunciada nas elocuições das sessões do Congresso Nacional, poucos anos depois da implantação do novo regime, como forma de protesto dos grupos políticos do Norte:

“No Brasil é o que vai dar. Os estados grandes disputarão entre si a gestão dos negócios públicos e os estados pequenos, arrastarão uma vida inglória, obscura, não hão de ter a mínima interferência nos negócios de nossa pátria, hão de ser sempre esmagados pela enorme superioridade com que aos outros dotou a Constituição do país”⁶³

Implantada a novidade da República, o momento era certamente de incertezas. E se os recém-criados estados federativos do Norte estavam, há algum tempo, descontentes. A República poderia significar um momento de viabilizar mudanças nesse sistema de oportunidades e vantagens desiguais. Não foi o que efetivamente aconteceu. A República acabou reduzindo o Norte a uma situação

⁶³ Anaes do Congresso Nacional Constituinte. Sessões de 29/12/1890 e de 29/01/91. Apud Maria do Carmo Campello de Souza. “O Processo Político Partidário na Primeira República”. In: Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. Op. Cit., p. 190.

nacional de segunda ordem. Apesar de o princípio da autonomia dos Estados ter sido formalizado na Constituição de 1891, na prática, havia uma permanente ameaça da intervenção estatal.

Um exemplo dessa afirmação pode ser ilustrado pelo desmonte do esquema político do governo pernambucano de Francisco de Assis Rosa e Silva, que, em aliança com as oligarquias vizinhas da Bahia, Sergipe, Alagoas e Ceará, foi derrubado pela campanha salvacionista, não obstante o fato de todos esses estados terem apoiado o candidato vencedor da campanha de 1910, Hermes da Fonseca. Na época, Francisco de Assis Rosa e Silva havia sido eleito para o cargo de governador de Pernambuco, mas a Assembléia Legislativa proclamou eleito o seu opositor, o general Dantas Barreto, com o apoio de Pinheiro Machado.

Antevendo possíveis desdobramentos dessa e de outras inúmeras situações, em que parecia clara a pouca representação dos interesses dos Estados do Norte nos destinos do país, o governo federal precisava administrar o descontentamento dos grupos políticos periféricos. As cisões políticas locais poderiam se constituir em uma potencial ameaça ao projeto nacional engendrado pelo governo central. Os grupos políticos descontentes poderiam administrar, a seu favor, o ambiente de conturbações sociais provindas de vários lugares do país.

Nesse cenário político permeado por descontentamentos e instabilidades, tornava-se essencial, para os grupos dirigentes nacionais, investir num projeto de ideal nacional que agregasse todas as regiões. Esse caminho seria traçado através do re-enquadramento de antigos símbolos nacionais e da adução de novos ícones de representação, tendo como parâmetro, o empreendimento da construção de uma ordem social, baseado na elaboração de mitos de origem, celebrações, monumentos e toda espécie de artifícios que pudessem solidificar os elementos componentes de uma memória nacional que fosse, antes tudo, agregadora. A história nacional, nesse caso, assumiria o papel de agente de valorização dessa memória nacional.

Normalmente, em situações como a de uma mudança política, há mesmo a necessidade de uma revisão histórica do passado. Michael Pollak nos mostra que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições

que compõem uma sociedade”⁶⁴. Em um momento de redefinição política, tal referencial configura uma estratégia de legitimação, e até mesmo, de sobrevivência, na medida em que a historiografia pode se enraizar na memória coletiva.

Dessa forma, a história do Brasil oficial assumia a função de uma narrativa agregadora, que unia a memória monárquica e a republicana, numa forma de memória nacional uníssona, que representasse todas as regiões, e que, ao mesmo tempo, controlasse os diversos conflitos e disputas. A história seria como um alimento necessário para a manutenção das fronteiras políticas e sociais.

Essa narrativa precisava ganhar credibilidade, conseguida não só através da coerência do arranjo de acontecimentos e grandes personagens, mas também através de pontos de referência como comemorações, monumentos, selos e moedas comemorativas, etc. O papel do historiador, como ator que opera e seleciona os fatos do passado para construir narrativas, torna-se peça fundamental nesse procedimento de fabricação de um passado. Nesse processo de seleção, que faz parte do próprio processo de escrita história, o historiador procede com representações específicas na maneira de se lidar com o passado. Seria como a “prática hermética”⁶⁵ a que nos aludiu Paul Ricoeur. Produzir narrativa histórica significa enquadrar lembranças e esquecimentos como uma espécie de “procedimento”, que é inerente ao próprio processo de escrita.

Tal enquadramento daquilo que deveria ser lembrado e daquilo que deveria ser esquecido nos acena à oportuna tese dos “abusos da memória”, de Tzvetan Todorov⁶⁶, que, assim como Ricoeur, também utiliza a idéia de seleção, inerente ao próprio trabalho do historiador. Essa idéia assume importância crucial para esse trabalho. As narrativas históricas e as comemorações nacionais estão lotadas desses “abusos da memória”, os quais, a intencionalidade historiadora assume o papel de arbitrar o curso passado dos acontecimentos.

Nessa ótica, a história deve ser entendida como narrativa. Uma mediação entre o tempo vivido e a significação da ação. A razão da reinvenção da tradição

⁶⁴ Michael Pollak. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, 1989, 3 p.9

⁶⁵ Paul Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. São Paulo: Unicamp, 2007.

⁶⁶ Tzvetan Todorov. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arlèa, 2004.

deve se relacionar à experiência do narrador, aos sentidos disponibilizados por seu contexto. A intencionalidade comunicativa permanece na interpretação, assim como a referência ao mundo que o circunda⁶⁷. Assim, quando os historiadores brasileiros do início do século XX se dispunham a readequar os cânones da história nacional, estavam produzindo narrativas, impressões circunscritas aos seus ambientes políticos e intelectuais. Os seus contextos e seus universos lingüísticos tinham, portanto, papel essencial na produção de suas narrativas.

Perpassando todas essas questões, será preciso compreender como diferentes atores e processos podem intervir no processo de formalização e solidificação das memórias. Quando nos referimos às memórias nacionais, ou as chamadas memórias oficiais, esse processo pode sofrer intervenções ainda mais explícitas, na medida em que em essa memória oficial pode se constituir subvertendo à própria lógica. Datas e personagens históricos tornam-se alvo de um processo de seleção e negociação.

Nesse sentido, a rememoração histórica trazida à tona através da comemoração não oferece apenas uma visão ou interpretação do passado. Por seu caráter eminentemente intencional oferece uma compreensão do jogo de busca de posições. O que é lembrado e o que é esquecido evidenciam as intenções de quem promove essas lembranças e esquecimentos.

O interessante é perceber que nem sempre havia consenso na operação desses mecanismos. Esse jogo de busca de posições era permeado por reivindicações, disputas por memória, debates e todo tipo de contenda que envolvia a eleição dos símbolos nacionais que melhor deveriam representar a nação republicana. No interior das várias batalhas das versões, acerca dos episódios da história nacional, será preciso descortinar a luta pela afirmação de determinadas inteligibilidades, dos diferentes pontos de vista presentes em cada interpretação.

No contexto particular das celebrações do centenário de 1817, objeto de nosso estudo, as polêmicas que engendraram a firmação das inteligibilidades, nem sempre se mostraram tão explícitas, mas elas, certamente, existiram. Sem dúvida,

⁶⁷ Paul Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. São Paulo: Unicamp, 2007.

elas constituem um campo fértil para a compreensão das disputas por memória protagonizadas pelas instituições históricas da época. O centenário de Dezesete foi lembrado e comemorado no IHGB, no Instituto Pernambucano, no Instituto Paraibano e em vários outros espaços de produção de história e memória. A ênfase e a abordagem que cada instituto conferiu ao evento, variou conforme os interesses específicos dos grupos políticos e intelectuais que escreviam em nome dessas instituições. Compreender de que forma se construíam as relações institucionais, e também historiográficas, entre o centro cultural e político do país, o IHGB, e os seus congêneres, constitui condição essencial para desvelar as tensões interpostas nesses espaços de difusão de cultura, memória e história.

Nos meandros dessas questões, devemos compreender as diferenças sobre o modo de conceber o melhor caminho para a construção da nação republicana. Diferentes concepções sobre identidade nacional deflagravam francas e veladas disputas pela imagem mais adequada para se representar a jovem República brasileira. O Estado republicano necessitava alcançar estabilidade. Mas qual o caminho para atender a essa urgência? Qual episódio deveria ser tomado como ato inaugural da nacionalidade brasileira? Qual o modelo de herói nacional mais apropriado a fim de garantir a reprodução de comportamentos sociais mais desejáveis, por parte da coletividade?

No debate que buscava respostas a essas questões, configuravam-se o esforço para a afirmação de diferentes projetos para a construção de um ideal nacional republicano.

1.1.

As comemorações do centenário da Insurreição Pernambucana de 1817

“1817-1917- 6 de março de 1817! Data evocativa da grandeza moral de nossos maiores, marco eternal que serviu a determinação da trajetória da vida política de nossa nacionalidade, glória memorial do brioso povo pernambucano, tal é o auspicioso acontecimento cujo centenário Pernambuco comemora hoje acompanhado pelos demais Estados do Brasil”⁶⁸

⁶⁸ “A solenização do centenário do Recife”. Trecho do discurso do comandante da região militar. *Revista do IAGP*, Recife, 1917. pp.19-20.

As palavras do comandante da região militar do Recife, que discursava no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), por ocasião das comemorações do centenário da insurreição pernambucana de 1817, nos dão uma prévia do quanto a Instituição Histórica Pernambucana se esmerou em fazer acontecer os festejos do centenário mais aguardado, desse começo do século XX. A comissão instituída por essa Instituição, constituída especialmente para esse fim, comprometia-se a se reunir, uma vez por semana, a fim de discutir as estratégias para viabilização do conjunto de ações para fazer do centenário de 1817, um evento memorável. A comissão, presidida por Manuel de Oliveira Lima, ainda contava com outros nomes importantes da política e da intelectualidade da época, como Pedro Celso, Joaquim Ignácio, Barbosa Lima, J. A. Marques, Fonseca Oliveira, Pedro Soares, padre Leonardo Mascello, Antônio da Cruz Ribeiro e o secretário geral, doutor Mário Melo.

A grande razão da formação dessa comissão era promover a afirmação da memória dos “mártires” de Dezessete, através da execução de homenagens de caráter mais “sólido” e “duradouro”⁶⁹. Fazia parte desse projeto um conjunto de ações como a inauguração de um monumento em homenagem a Dezessete, a inauguração de escolas públicas batizadas com os nomes dos “heróis” envolvidos na insurreição, um congresso que deveria reunir os Estados que se envolveram na experiência republicana de 1817, um campeonato interestadual de futebol entre os estados do Norte, a reimpressão da obra de Muniz Tavares (*A revolução de Pernambuco de 1817 -1940*) e a aprovação de símbolos comemorativos, especialmente confeccionados para a ocasião da efeméride, tais como o selo do correio, a medalha e o hino. A comissão também ficaria a cargo da organização de questões de ordem prática, como os festejos do dia, dentre os quais, estavam programados a celebração de uma missa campal, que seria realizada pelo Arcebispo de Olinda, na Praça da República, pela manhã; e a sessão solene que seria realizada no Teatro Santa Izabel, sob a presidência do governador de Pernambuco, na época, o senhor Manoel Borba.

⁶⁹ “O primeiro centenário da revolução pernambucana de 1817” . *Revista do IAGP*, Recife, 1917, v.19, p.2.

Além disso, a comissão também se ocuparia da tarefa de incentivar a comemoração do evento em outras instituições históricas congêneres, como o Instituto Histórico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico Paulista (IHGSP). No caso do IHGB, Oliveira Lima teria conseguido que se realizasse uma sessão solene em homenagem ao centenário, cuja conferência ficaria a cargo do doutor Barbosa Lima. No Instituto Paulista, o arranjo teria se dado com o apoio de Antônio Carneiro Leão (1887-1966), orador designado para discursar em sessão solene em homenagem à ocasião.

Enfim, o Instituto Pernambucano estava disposto a promover e viabilizar as comemorações do evento, considerado de importância fundamental para perpetuar a memória dos “heróis” de Dezesete. Seria uma excelente oportunidade para trazer para àquela região, uma visibilidade bem-vinda, há tempos reivindicada pelos grupos políticos e intelectuais ligados ao IAGP. Mas como o IHGB e os outros institutos históricos locais responderam ao projeto dessa celebração?

Se comparadas às celebrações promovidas pelo Instituto Pernambucano, o centenário de Dezesete foi comemorado sem maiores alardes, no IHGB. Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931) proferiu a conferência que lhe havia sido incumbido por ocasião da sessão solene em homenagem à efeméride. Em seu discurso, denunciou o obscurantismo conferido a Dezesete no espaço da historiografia brasileira. Para ele, 1817 não deteve a visibilidade merecida, na medida em que estava restrito apenas a algumas discussões estereis entre “brasileiros doutores”. Ao chamar a atenção para a importância desse tema no cenário da história nacional, Barbosa Lima elogiava a ação de homens como o padre Ribeiro e Domingos Martins, ao mesmo tempo em que colocava esses “heróis nacionais” no mesmo patamar de importância, conferido aos grandes nomes do momento, como Tiradentes e Deodoro da Fonseca. Para Barbosa Lima, eram homens como esses que, na vanguarda, teriam tornado possíveis as vitórias da civilização⁷⁰. Eram, portanto, esses homens, os grandes responsáveis pela “evolução” do país, no caminho ascendente em direção ao mundo civilizado.

⁷⁰ “Sessão solene em homenagem ao centenário da revolução pernambucana de Dezesete”. *Revista do IHGB*, tomo 82, v.136, Rio de Janeiro, 1917.

A curiosa seleção de nomes ilustres feita por Barbosa Lima demonstrava toda a sua intenção em aliar a memória de Dezesete à memória oficial republicana, que, nesse começo do século XIX, já havia se comprometido a posicionar a imagem do alferes Tiradentes e da Conjuração Mineira. Sua vinculação ao Instituto Pernambucano não o teria impedido de assumir um discurso conciliador, que sublinhava a importância da comemoração de Dezesete, mas que aliava essa idéia, às figuras de Tiradentes e de Deodoro, ícones importantes da memória republicana que o Estado nacional apoiava e assentia.

Atitude fácil de compreender, já que Barbosa Lima assumiu um papel de destaque no cenário político republicano na época. Seu nome havia gozado de grande prestígio no governo de Floriano Peixoto, tendo atuado em auxílio ao controle das Revoltas da Armada e Federalista. Barbosa Lima também assumiu cargos eletivos importantes no Nordeste, como o de deputado federal pelo Ceará, e o de governador e deputado, em Pernambuco. Enfim, Barbosa Lima era um homem de Estado, e, como intelectual atrelado ao seu papel de político influente na época, optou por assumir uma linha mais condizente à memória nacional oficial.

Quanto ao IHGB, podemos dizer que a Instituição se esforçava em entronizar assuntos, antes negligenciados, ou silenciados, por sua historiografia no século XIX. A conjugação de figuras como Tiradentes, os “heróis” de 1817 e Deodoro da Fonseca representariam, a partir de então, um novo modelo de identidade nacional, que assumia a função de legitimação da nova ordem política republicana. Passado, presente e futuro misturavam-se, como se fizessem parte de um mesmo processo uníssono e evolutivo.

Na escala de importância elaborada por Barbosa Lima, primeiro estava Tiradentes, herói da Conjuração Mineira, símbolo primeiro da idéia de República no Brasil. Depois Dezesete, evento ocorrido nas províncias do Norte, mas que pretendia um projeto que se irradiaria para as outras regiões do Brasil - mais um exemplo de um protótipo de sentimento nacional ocorrido antes da Independência. As comemorações do centenário de 1817 eram portanto, justas e louváveis, na medida em que o episódio não teria tentado contra a unidade nacional. Em terceiro lugar estava Deodoro da Fonseca, chefe do primeiro governo provisório

da República, aquele que teria inaugurado o caminho em direção à modernização do país.

Nessa lógica de pensamento, a proposta de Barbosa Lima era acomodar adequadamente a memória de Dezesete, de modo a atender a importância que a República e o IHGB davam ao evento. Outra preocupação de Barbosa Lima era ajustar adequadamente o papel desempenhado pelos setores sociais subalternos que haviam aderido ao projeto republicano de 1817. Em suas palavras, Dezesete foi representado como uma prova da “vontade geral” dos brasileiros em conquistar a Independência, fato que só seria consumado, um pouco mais tarde, em Vinte e Dois.

Essa tese da “vontade geral”, esteve presente em vários autores que se preocuparam em escrever sobre os episódios históricos considerados mais importantes do cenário da história nacional. Em relação ao tema Independência, por exemplo, tal perspectiva tornou-se uma construção muito recorrente. De uma forma geral, houve uma grande disposição, por parte de alguns historiadores, em estabelecer a Independência como um evento histórico que teria se dado com o apoio e a aquiescência do povo. A imagem da adesão popular, no episódio que marcaria o principal símbolo da fundação nacional, era de fundamental importância para a própria legitimação da Independência enquanto mito político para a época. Sua vinculação à idéia da concretização da “vontade geral” era de fundamental importância para o empreendimento da “invenção” nacional. Essa era a premissa do novo modelo de nação presente no discurso republicano, que muito se utilizava de algumas referências importantes no pensamento internacional da época.

Autores estrangeiros que abordaram essa questão da íntima relação entre povo e nação passaram a ser uma referência fundamental no Brasil, notadamente, depois da formalização da abolição do trabalho escravo e da República, que colocaram, na ordem do dia, a difícil equação entre a teoria da supremacia dos interesses coletivos, ordem, progresso e a garantia dos interesses dos grupos políticos mais influentes. A identidade nacional republicana necessitava aproximar-se dos anseios do homem comum, mas ao mesmo tempo precisava equilibrar as diferentes demandas e reivindicações políticas.

As idéias de Ernest Rénan (1823-1892), por exemplo, eram fundamentais na medida em que reforçavam a idéia da solidariedade dos indivíduos componentes de uma nação. Para o autor da famosa conferência que iria influenciar muitos pensamentos contemporâneos⁷¹, uma nação seria constituída pelo sentimento constituído pelos sacrifícios feitos no passado, bem como os sacrifícios que os indivíduos ainda estariam dispostos a fazer no futuro. A nação de Rénan supunha o legado de lembranças, representados pelo passado comum, mas também, e, sobretudo, o consentimento daqueles que pertenciam à nação por força voluntária.

Ao processo de construção de uma identidade nacional republicana era útil o reforço da idéia do voluntarismo dos indivíduos componentes da nação. Era necessário imputar, no imaginário coletivo, a idéia da vontade de pertencer, da abnegação e do sacrifício em prol do bem da nação. A idéia do bem de todos, em detrimento do interesse individual, constituía um componente ideológico útil e importante, no caminho para a legitimação desse novo sistema político.

Também *Le Peuple* (1846), de Jules Michelet (1798-1874), tornava-se uma referência fundamental na época. A afirmação da idéia da supremacia do coletivo, nas decisões políticas de uma nação, funcionava como uma espécie de utopia. A identidade nacional de Michelet colocava o povo como uma entidade quase “ecumênica”, isto é, como um herói quase santo – sofredor e ao mesmo tempo salvador⁷². Uma idéia que já passeava, em alguma medida, no discurso dos políticos e estadistas do Império do Brasil. Frequentemente, os “inventores” da nação monárquica identificaram o Imperador como o grande representante de seus súditos humildes. Já os “inventores” da nação republicana procuraram identificar o Estado, à idéia da vontade geral de todos. Nos dois casos, prevaleceu, muito mais, a retórica que a prática, com a diferença de que, para a República, somava-se o desafio de conformar, adequadamente, as expectativas dos novos grupos sociais emergentes da nova cena pública e política. A ampliação das liberdades “democráticas” havia inaugurado novas formas de pensamento, mas o fato é que,

⁷¹ Joseph Ernest Rénan. “O que é nação?” [1882]. In: Maria Helena Rouanet (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

⁷² Cf. Afonso Carlos Marques dos Santos. “Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX”. *Rev. hist.*, n° 144, São Paulo, jul. 2001..

tanto os antigos súditos humildes, quanto o povo dos tempos da Primeira República, não puderam interferir, de fato, nos destinos do país.

A influência de autores estrangeiros no pensamento de autores brasileiros foi abordada, ainda nos anos 70, por Roberto Schwarcz⁷³. Sua famosa tese das “idéias fora do lugar” chamou a atenção para falta de originalidade das idéias liberais no Brasil. Para o autor, o que era originalmente ideologia na Europa, convertia-se, quando muito, numa ideologia de “segundo grau”, aqui no Brasil, na medida em que essa precisou de readequar às peculiaridades da realidade brasileira. No caso da tese de Schwarcz essa realidade correspondia às necessidades inerentes à realidade do Brasil no século XIX, qual seja, a manutenção do trabalho escravo pelo tempo que fosse possível. O liberalismo, ao passar a fazer parte das idéias e práticas que regulavam aquelas relações econômicas, seria incorporado de forma adaptada, com a finalidade de atender a interesses particularistas. Schwarcz chamaria esse particularismo do liberalismo no Brasil de “comédia ideológica”, na medida em que as referências ideológicas européias acabavam se subvertendo ao se adaptarem à realidade. Atribuía-se “independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc.”⁷⁴

A tese de Schwarcz utilizava a idéia de Marx de que a estrutura determinaria a superestrutura, ou seja, de que o social determinaria aquilo que se escrevia no Brasil naquela época. Dessa forma um tanto mecanicista, sua análise visava criticar a falta de originalidade de algumas obras literárias brasileiras no século XIX, tendo fomentado grandes discussões na época. Wanderley Guilherme dos Santos⁷⁵, por exemplo, iria acrescentar que a manutenção do escravismo no trabalho independente havia trazido uma “ambigüidade fundamental” para a ordem política nacional. Emília Viotti da Costa também havia dito que a escravidão constituía o limite para o liberalismo no Brasil⁷⁶. Anos mais tarde, ela mesma acrescentaria que as condições do Brasil eram muito diferentes das da

⁷³ Roberto Schwarcz. “As Idéias fora do Lugar”. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

⁷⁴ *Ibid.*, p.18

⁷⁵ Guilherme Pereira dos Santos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p.80

⁷⁶ Emília Viotti da Costa. “Introdução ao estudo da emancipação política” In: Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p.104.

Europa. Diria a autora que o liberalismo europeu seria uma ideologia burguesa voltada contra as instituições do Antigo Regime. Diferentemente da realidade do Brasil, que não tinha uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte às idéias importadas da Europa. Aqueles que aderiram às idéias liberais pertenciam as camadas senhoriais que queriam mais liberdade de comércio e autonomia administrativa e judiciária e não estavam dispostos a renunciar ao latifúndio ou à propriedade privada⁷⁷.

Em linhas gerais, os críticos das “idéias fora do lugar” argumentam, por outro lado, que o liberalismo importado da Europa tinha a sua funcionalidade na realidade brasileira, sendo à sua própria capacidade de adaptação um aspecto a ser considerado como uma forma de originalidade. Acrescentava-se a esse argumento que o liberalismo não era totalmente incompatível com a escravidão, notadamente se a adaptação dessas idéias liberais tivesse a preocupação de torná-la compatível. Trabalhos como os de Maria Sylvia Carvalho Franco, Alfredo Bosi, e mais recentemente, Hebe Maria Mattos, têm apontado para a demonstração dessa tese.

Atualmente, os estudos preocupados com a influência do liberalismo europeu no Brasil têm, em geral, concordado com a tese de que as idéias liberais importadas da Europa sofreram adaptações específicas no Brasil. Lúcia Maria M. Pereira das Neves⁷⁸, por exemplo, iria dizer que as idéias liberais no Brasil oitocentista teriam nascido “sob a égide do embate entre o Antigo Regime e as luzes”⁷⁹. Ao tratar do caso específico da conjuntura do liberalismo vintista (Portugal e Brasil, nos anos de 1820), a autora iria destacar o caráter “mitigado” das luzes ibéricas que iria influenciar na dinâmica de uma nova cultura política de pregação liberal e constitucionalista, nos dois lados do Atlântico.

Independente das polêmicas que suscitaram e ainda suscitam a tese das “idéias fora do lugar”, para nós interessa a idéia de que o liberalismo, provindo dos principais referenciais europeus, assumiu conotações próprias no Brasil, tendo atendido às demandas específicas dos lugares sociais e políticos habitados pelos autores e intelectuais que operacionalizavam essas idéias. A idéia da nação a

⁷⁷ Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, p. 32, [1ª edição, 1977].

⁷⁸ Lucia Maria Paschoal Guimarães e Maria Emília Prado (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

⁷⁹ *Ibid.*, p.77.

serviço do bem comum, por exemplo, tornou-se uma noção recorrente no processo de construção da identidade nacional republicana. Desde, pelo menos os anos oitenta do século XIX, questões como a cidadania e o aumento progressivo dos direitos civis e sociais ganharam espaço público, fazendo com que, cada vez mais, o povo se incorporasse à nação. O exemplo da França e dos Estados Unidos, grandes referenciais na época, quando o assunto era a inclusão progressiva do povo na cena pública e política, tornou-se uma referência importante nos debates da época, notadamente, depois da implantação da Carta Constitucional brasileira de 1891, que institucionalizava uma modesta ampliação dos direitos políticos a um pequeno grupo social, antes destituído dessa prerrogativa.

Em relação às narrativas específicas sobre Dezesete, podemos dizer que essa idéia da “vontade geral” cabia como uma luva como forma de conferir legitimidade a um evento considerado importante nessa composição de um ideário republicano. Se o movimento fosse representado como uma amostra de um sentimento nacional compartilhado pela “vontade geral”, os riscos inerentes ao resgate de um episódio histórico que teria contado com a participação de diversos setores sociais, poderiam ser mais bem controlados.

Ademais, havia também uma outra preocupação em relação a Dezesete. Era preciso afastar o seu possível conteúdo separatista. O discurso respaldado na idéia da “vontade geral” auxiliava no controle à imagem de sedição, muito divulgada por boa parte da historiografia do século XIX.

Segundo as apreciações de Luiz Geraldo Santos Silva⁸⁰ e Evaldo Cabral de Mello⁸¹, a veiculação de um conteúdo sedicioso presente em Dezesete, e que se cristalizou em várias obras publicadas no Império, deveu-se a uma visão “saquarema”, representada por uma historiografia oficial, que teria situado 1817 como um projeto de sedição em relação ao governo central localizado no Rio de Janeiro. No sentido oposto a essas interpretações “saquaremas” estaria uma visão “nativista”, que em linhas gerais, teria situado Dezesete como uma antecipação

⁸⁰ Luiz Geraldo Santos Silva. “O avesso da Independência: Pernambuco (1817-1824)”. In: Jurandir Malerba. *A Independência brasileira. Novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁸¹ Evaldo Cabral de Mello. “Dezesete”. In: ____. *A outra independência. O federalismo Pernambuco de 1817 a 1824*. São Paulo: editora 34, 2004.

da Independência, uma espécie de “revolução”, na medida em que teria contado com a participação de setores sociais subalternos.

O fato é que, provindos de uma visão “saquarema” ou de uma visão “nativista”, esses antigos significados se mesclavam na composição de uma nova significação de Dezesete. Em meio às comemorações de seu centenário, percebemos em vários discursos contemporâneos, a preocupação em desmitificar o conteúdo separatista do movimento. Boa parte das narrativas que se preocuparam em abordar o assunto tinha, como parâmetro, a visão provinda de uma historiografia que interpretava o movimento como um prenúncio da Independência, um protótipo de “revolução” nacional, que teria contado com o apoio do povo.

Tal perspectiva podia ser observada tanto nos discursos do IHGB, quanto nos do IAGP. O discurso oficial do governador de Pernambuco proferido na solenidade do centenário de 1817 chegou a afirmar que o movimento pernambucano ocorrido no século XIX teria sido uma tentativa de Independência nacional:

“O estado de Pernambuco nomeadamente recorda e comemora por esta forma solene a sua iniciativa prática no movimento da Independência Brasileira, cuja data auspiciosa o Brasil inteiro se dispõem a saudar dentro em pouco”⁸².

No IHGB, o já citado discurso de Barbosa Lima na sessão solene do centenário também situava Dezesete como uma antecipação de 1822. Vários elogios foram conferidos aos “heróis” da “revolução pernambucana”, mas também ao papel desempenhado por eles como precursores da Independência. O eco provindo da experiência de algumas províncias do Norte se fazia sentir nos acontecimentos de Vinte e Dois, grande símbolo da “revolução nacional”.

É preciso que se diga que, apesar dessas interpretações terem situado Dezesete como uma “revolução”, havia uma preocupação em associar o projeto de 1817 à manutenção da ordem e à unidade nacional. Na lógica dessas narrativas, mesmo que a “revolução” de 1817 tenha causado transtornos à ordem estabelecida

⁸² “Discurso oficial- Exmo. Sr. governador do Estado”. In: *Revista do IAGP*, , v.19, n. 95 a 98. Recife, 1917, v.19, n. 95 a 98, p.43.

pelo governo de D. João VI, os mesmos seriam justificáveis em nome da “aspiração nacional”, da busca por “autonomia”, “liberdade” e “independência”.

Nesse sentido, o sentimento de nacionalidade estava presente no projeto republicano engendrado pelas províncias do Norte, projeto este, que não era separatista, na medida em tinha a intenção de se estender às províncias do Sul. No contexto da Primeira República, essa interpretação parecia ser a mais viável a fim de garantir um conteúdo mais seguro a Dezesete.

Dessa forma, Oliveira Lima idealizava Dezesete quando se referia ao “sentimento nacional” presente no movimento:

“[Dezesete] Explosão frenética de sentimento nacional desdenhado, brotada de cérebros exaltados pelos sucessos da Revolução, afervorados em seus sonhos por uma misteriosa solidariedade, e ansiosos pela integração da libertação americana”⁸³ “...A democracia ensaiava com efeito os seus primeiros firmes passos no coração do grande estado, a cuja sombra se acolhera a angustiada dinastia portuguesa”⁸⁴.

No pensamento de Oliveira Lima, Dezesete significava a pré-existência de uma nacionalidade que, em breve, iria pôr em xeque a subordinação do Brasil a Portugal. A força do elemento nacional, ancorada nas aspirações do povo, contrapunha-se ao despotismo lusitano. Uma força que provinha de Pernambuco, mas que, por certo queria expandir-se ao restante do Brasil:

“ A revolução pernambucana, se não fosse a atmosfera glacial que lhe tolheu os movimentos, tinha condições em si para vingar e expandir-se, tornando Pernambuco o centro de atração do Brasil independente, ou mais verosimilmente a primeira seção independente do novo Reino desagregado”⁸⁵

O sentimento nacional a que Oliveira Lima se referia era certamente uma construção. Dezesete não queria a unidade brasileira, simplesmente porque essa

⁸³ Manuel de Oliveira Lima. *Pernambuco. Seu desenvolvimento histórico*. 3ª Ed. [Fac-Símile da edição de 1895]. Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1997, pp.232-233.

⁸⁴ *Ibid.*, p.232.

⁸⁵ *Ibid.*, pp.812-813.

idéia não existia em 1817⁸⁶. Essa concepção, presente em várias narrativas acerca de Dezesete, constituía um artifício engendrado para desvincular o caráter separatista da insurreição. Se Dezesete fosse situado como um projeto que queria promover a Independência nacional, de forma integrada às outras regiões, sua inserção no rol de episódios históricos dignos de fazerem parte das comemorações oficiais da nação republicana, seria muito mais fácil.

No caso específico dos discursos de Oliveira Lima, há que considerarmos outras questões importantes. Apesar de eminente político e intelectual ligado ao centro político e econômico do país, Oliveira Lima era pernambucano e também membro do IAGP. Em várias de suas obras, ele mostrou toda a sua disposição em exaltar os feitos históricos de Pernambuco, mas não se limitou a defender a prioridade histórica de Pernambuco em detrimento de outras regiões, como fez grande parte dos intelectuais ligados ao Instituto Pernambucano.

Como diplomata e embaixador do Brasil, que viajava muitos países em razão de suas funções, Oliveira Lima cumpria o seu papel na tarefa de valorizar o Brasil e a história de seu país. Em *Formação Histórica da Nacionalidade brasileira* (1911), por exemplo, escreveu sobre assuntos que julgava fundamentais para compreender os caminhos percorridos pela nacionalidade brasileira, como a miscigenação, a ocupação holandesa, as bandeiras, a Conjuração de Minas, os episódios pernambucanos e a Independência.

Oliveira Lima elegia os símbolos nacionais que julgava ter maior ou menor importância, conjugando suas convicções aos seus compromissos políticos. O intelectual pernambucano não se privava de menosprezar a figura de D. Pedro I⁸⁷, ou de dar ênfase à importância histórica dos episódios pernambucanos. Mas mantinha a postura de elogiar figuras importantes para a história oficial

⁸⁶ Cf. Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência. O federalismo Pernambuco de 1817 a 1824*. São Paulo: editora 34, 2004.

⁸⁷ Como em Manuel de Oliveira Lima *D. João VI no Brasil (1808-1821)*: “D. Pedro é que nunca poderia ter sido senão o que foi: um soberano que abdica trono e grandezas por não poder impor suas vontades, e se converte n’um *condottiero* ao serviço de uma filha que estremece e de uma causa que pensava estremece, porque n’ela concentrara sua exuberância de imaginação e sua ambição de glória” (p. 1086), ou como em _____. “O papel de José Bonifácio no Movimento da Independência”. Conferência no Salão Steimway, São Paulo, 25 de Outubro de 1907.: “Os bandeirantes paulistas foram os conquistadores brasileiros, os criadores desta pátria que o ministro de 1822 conseguiu- ele mais do que ninguém- manter ainda sob o espectro imperial de um soberano imaginoso, já quase romântico”⁸⁷(p.4).

republicana como a de Tiradentes, D. João VI, José Bonifácio e D. Pedro II⁸⁸. Oliveira Lima constituía um bom exemplo de como as idéias dos intelectuais daquela época podiam divergir, concordar e transitar entre instituições históricas, tidas, em princípio, como divulgadoras de idéias antagônicas.

Ao que parece, Oliveira Lima era um intelectual que buscava conciliar a imagem positiva do passado monárquico ao novo modelo de nação corrente depois da desagregação do Império, tendo optado por ressaltar a importância dos episódios pernambucanos, sem negligenciar a importância de outros símbolos e episódios considerados nacionais. O seu livro *Formação Histórica da Nacionalidade brasileira* (1911), por exemplo, foi dedicado ao estado de São Paulo, “o mais adiantado do Brasil, pátria dos Bandeirantes, berço de José Bonifácio e foco de civilização, ao qual me prendem os mais fortes laços intelectuais”⁸⁹.

Em certa medida, seu pensamento se contrapunha a uma visão antiiberista, característica de alguns círculos intelectuais desse começo do século XX, que estava circunscrita num momento de reinterpretação da história nacional, baseada na idéia de rejeição à herança ibérica. Na visão histórica de Oliveira Lima, o papel de Portugal e do Segundo Reinado eram vistos como cumulativos no processo de construção da nação. Nesse contexto, podemos entender a rejeição de Oliveira Lima ao Pan-americanismo, que resultou na famosa polêmica com Joaquim Nabuco⁹⁰, no começo do século XX.

⁸⁸ Como em: Manuel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Typ. do Comércio de Rodrigues & C., 1908, obra em que Oliveira Lima tece fartos elogios a D. João VI, considerado por ele como o “rei popular”, grande “fundador da nacionalidade brasileira”.

⁸⁹ Manuel de Oliveira Lima. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Página destinada à dedicatória.

⁹⁰ Como se sabe Oliveira Lima foi um dos principais críticos do Pan-americanismo, tendo se indisposto com a própria diplomacia brasileira, que, entre fins do século XIX e início do XX, conduzia-se no sentido de estreitar relações com os Estados Unidos. No sentido oposto, estava Joaquim Nabuco, que se caracterizou como um dos mais importantes defensores e propagandistas do alinhamento do Brasil à emergência dos Estados Unidos como um novo pólo de poder no cenário internacional. A contenda entre Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, a respeito da temática do Pan-americanismo, culminou no contexto da Terceira Conferência Internacional Americana, realizada entre os dias 23 de Julho e 27 de agosto de 1906, quando chancelaria brasileira empenhou-se a estreitar os vínculos com os Estados Unidos. A Conferência, presidida por Joaquim Nabuco, na condição de embaixador brasileiro, não contou com a presença de Oliveira Lima. A esse respeito ver: Livia de Carvalho Borges. “Sociabilidade e Política: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo, 1899-1907”. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

Essa crítica a uma visão antiiberista contemporânea esteve presente não só em Oliveira Lima, mas em boa parte dos intelectuais que escreveram em nome do IHGB, entre fins do começo do século XIX e início do XX. A onda de civismo e nacionalismo, característica dos meios intelectuais da época, não se sobrepunha à necessidade de produzir uma história nacional que contemplasse os méritos do passado, em conjunção às expectativas do presente. Passado monárquico e presente republicano deveriam conviver harmonicamente.

No caso específico das narrativas sobre a insurreição pernambucana de 1817, por exemplo, podemos dizer que a tendência, mais ou menos geral, era representar o episódio como uma “revolução” que visou à Independência nacional. Dessa forma, Dezesete era positivado como evento propulsor de um sentimento nacional. Mas será os insurgentes de 1817 quiseram mesmo uma revolução? Certamente que não, se entendermos revolução como uma profunda transformação das estruturas políticas e sociais daquela sociedade. Embora o movimento tenha contado com a participação de setores sociais subalternos, havia o receio, por parte daqueles que estavam à frente do governo provisório, de que os seus projetos de busca por uma maior autonomia das províncias para aquela região, desdobrassem-se em uma situação fora de controle.

A esse respeito, Carlos Guilherme Motta iria dizer que 1817 não teria sido uma revolução e sim a maior “insurreição” havida no mundo luso-brasileiro, já que teria abrangido todo o Nordeste e explicitava as profundas contradições do sistema colonial português⁹¹. Na esteira de influência de estudos como os de Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa e Fernando Novais, Mota situou Dezesete como um movimento ligado à conjuntura de uma crise mundial, que teve os seus desdobramentos específicos no mundo colonial. Seu primeiro livro, *Atitudes de inovação no Brasil* (1970), já apontava essa perspectiva a partir de uma análise sobre os movimentos políticos coloniais de fins do XVIII. O livro específico sobre 1817, *Nordeste 1817*⁹² (1972), seria uma continuação das propostas desenvolvidas na obra anterior, em que o estudo da insurreição pernambucana é aprofundado sob a perspectiva da história das mentalidades, ou ideologias.

⁹¹ Carlos Guilherme Motta. “O processo de independência no nordeste. In: __ (org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986. [1 ed. 1972].

⁹² Carlos Guilherme Motta. *Nordeste 1817: estrutura e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Em linhas gerais, o autor apregoou a singularidade do movimento, ao ter tocado em questões fundamentais como a própria noção de Estado, a idéia da passagem do “absolutismo” para o “liberalismo político”, a opção pela forma republicana, o federalismo, o papel de atuação de membros da Igreja, a descentralização administrativa e fiscal, além do discurso do combate às desigualdades sociais.

No texto publicado no livro *1822 dimensões*, “O processo de independência no nordeste” Mota resgata a tese de *Nordeste 1817*, a partir da idéia da “descolonização das consciências”⁹³, em que 1817 aparece como um esforço de integração para se definir uma elite liberal e nacional. Em suas próprias palavras, a República de Dezesete seria...

“...uma primeira tentativa de ajustamento no nível das camadas dominantes: mercadores nativos, aristocracia rural, militares e clero. A composição do governo provisório de 1817 reflete, pois, com nitidez, os esforços de integração, no sentido de definir-se uma elite liberal e nacional”⁹⁴.

Os estudos de Mota marcaram uma interpretação pioneira ao ter situado Dezesete como fruto da situação de desligamento do Norte do Brasil em relação ao restante do Brasil. A influência da penetração da economia inglesa teria assumido papel fundamental nos acontecimentos da época, já que as elites nordestinas protagonizaram um crescente processo de modernização, de forma relativamente autônoma em relação a Lisboa e ao centro administrativo colonial, localizado no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, 1817 representou um desafio à ordem vigente, na medida em que representava a idéia da valorização da soberania da nação em detrimento da soberania do trono.

Da mesma coleção de *1822*, ainda podemos destacar a importância do texto de Maria Odila Silva Dias, “A interiorização da metrópole (1808-1853)” que, assim como Mota, analisou o processo de Independência como um desdobramento de uma crise internacional. As apreciações de Dias destacaram a

⁹³ Carlos Guilherme Mota. “O processo de independência no nordeste”. In: _____. (org.) *1822 Dimensões*. Op. Cit., p. 213.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 229.

ausência da consolidação da unidade nacional no processo de separação política da metrópole, visando desmitificar a imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole, muito cristalizada pela visão de uma historiografia oficial.

Sua tese de que havia um processo interno de “ajustamento” às pressões do cenário internacional da época, que seria o “...enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia”⁹⁵, torna-se particularmente interessante para o estudo da insurreição pernambucana de 1817. Dias iria dizer que justamente a ausência da unidade nacional teria impossibilitado a emergência de um movimento revolucionário que pretendesse a Independência de uma forma que unisse todas as regiões num único projeto integrado. A idéia de que a “revolução de 1817” teria sido um ensaio de Independência nacional constituía uma idealização das narrativas nacionais republicanas.

Anos mais tarde, Evado Cabral de Mello⁹⁶ iria retomar esse debate através de um enfoque diferenciado, defendendo a idéia de que a adesão das províncias do Norte ao projeto de Império brasileiro, baseado nos critérios de manutenção da instituição monárquica e da unidade nacional, não teria se dado de forma tão simples como veiculado por grande parte da historiografia oficial imperial, e depois, republicana. Ela teria ocorrido graças a aspectos conjunturais que puderam viabilizar esse projeto, como a transmigração da dinastia bragantina para o Rio em 1808; a determinação da Corte fluminense de preservar sua posição hegemônica e a incapacidade do Congresso lisboeta em lidar com a questão brasileira⁹⁷. Não fosse isso, o triunfo de um Império unitário poderia ter dado lugar ao triunfo do federalismo ou mesmo a criação de Estados regionais⁹⁸.

Tal perspectiva faz sentido se pensarmos os frágeis laços que ligavam as regiões nesse começo do século XIX. No entanto, isso não implica dizer que as aspirações de Dezesete eram necessariamente separatistas. O projeto alternativo das províncias do Norte não se contrapunha a um plano de unidade nacional,

⁹⁵ Maria Odila Silva Dias. “A interiorização da metrópole (1808-1853)” In: Carlos Guilherme Mota. *1822 Dimensões*. Op. Cit. p. 165.

⁹⁶ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo:Editora 34, 2004.

⁹⁷ *Ibid.*, p.12.

⁹⁸ *Idem.*

simplesmente porque este ainda não existia na conjuntura de Dezesete. Constituía antes um projeto alternativo em relação ao modelo de Reino Unido instituído em 1815, que passava, sobretudo, pelo descontentamento de grupos políticos do Norte em relação à administração monárquica localizada no Centro-Sul.

Os estudos de István Jancsó e João P. Pimenta mostraram que, na passagem do século XVIII para o século XIX, as diferentes percepções da crise do sistema colonial permitiram uma multiplicidade de planos políticos que expunham diversos projetos de futuro que corresponderiam a “distintas definições de Estado, cidadania, condições de inclusão e exclusão, padrões de lealdade e critérios de adesão”⁹⁹. Entendemos que Dezesete constituiu, sem dúvida, um exemplo que demarcou a singularidade das expectativas dos grupos políticos e econômicos do Norte, mas discordamos da tese de havia um claro projeto de Estado nacional que unisse as províncias envolvidas no movimento.

Dezesete não se caracterizou, preliminarmente, como um protótipo de identidade que marcasse claramente um sentimento de rejeição à metrópole portuguesa e à hegemonia do Centro-Sul. O que havia era, antes, um imaginário próprio da província pernambucana, elaborado em decorrência da imagem que se criou a partir de episódios históricos precedentes, como a luta contra os holandeses e o movimento dos Mascates, de 1710. Traços desse “imaginário nativista pernambucano”¹⁰⁰ podiam ser encontrados nos apelos dos próprios manifestos do governo de Dezesete, que utilizaram, freqüentemente, a imagem de uma tradição “liberal” pernambucana para subsidiar os discursos.

Guilherme Pereira das Neves¹⁰¹ nos esclarece que a “decantação” desse imaginário nativista pernambucano nesse começo do século XIX, se deveu

⁹⁹ István Jancsó e João Paulo G. Pimenta “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000; a experiência brasileira*. Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac/São Paulo, 2000, p.136.

¹⁰⁰ A esse respeito ver: Evaldo Cabral de Mello. *Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Topbooks, 1997 e _____. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.

¹⁰¹ Guilherme Pereira das Neves. “Revolta de 1817” In: Maria Beatriz .Nizza da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994; além de _____. “Revolução de 1817”. In: Ronaldo Vainfas e Lúcia Bastos Pereira das Neves (Orgs.) *Dicionário do Brasil joanino (1808-1821)*. Objetiva: 2008.

principalmente ao papel desempenhado pelo Seminário de Olinda, uma instituição de ensino modelada no contexto das reformas pombalinas e que tinha como parâmetro a Universidade de Coimbra. Fundado em 1800, pelo bispo Azeredo Coutinho, o seminário de Olinda contribuiu para a formação de uma geração de clérigos afinados aos ideais reformistas, e que iria influenciar boa parte do pensamento difundido nas lojas maçônicas da região. Muitas idéias “liberais”, que circulavam nos meios “intelectuais” pernambucanos nessa época, propagaram a idéia de uma tradição pernambucana, representada por experiências precedentes marcadas pela busca de “liberdade” e de “autonomia”.

Na realidade, o movimento de 1817 deve ser compreendido como a conjunção de diversos fatores, dentre os quais podemos destacar o papel desempenhado pelo “imaginário pernambucano”, uma idéia que se cristalizou durante mais de um século e que iria exercer papel fundamental nesse contexto. Outros aspectos importantes a serem considerados são, sem dúvida, os de ordem econômica. O que se buscava em Dezessete era, sobretudo, pressionar a administração joanina no atendimento a algumas reivindicações importantes na época.

Nos primeiros anos do século XIX, o Nordeste passava pelos efeitos de uma forte recessão que causou a diminuição da produção dos setores de abastecimento local e o agro-exportador. Fatores como o clima seco e a crescente valorização da terra ocasionada pelo surto algodoeiro agravaram ainda mais essa situação, o que teria obrigado vários proprietários a se desfazerem de parte de suas terras e escravos¹⁰². A carestia e a fome atingiam os setores sociais subalternos que viviam no campo ou nos centros urbanos. A constituição de uma extensa população marginal aumentava um clima favorável a potenciais conflitos, na medida em que esse grupo social apresentava-se mais sensível a manifestações de rebeldia¹⁰³.

Outros aspectos econômicos a serem considerados eram, primeiro, o descontentamento dos grandes proprietários rurais quanto à extinção da

¹⁰² A esse respeito ver: Glacyra L. Leite. *A insurreição pernambucana de 1817*. São Paulo, Brasiliense, 1984 e _____. *Pernambuco 1817: estruturas e comportamentos sociais*. Recife: Massangana, 1988.

¹⁰³ Idem. p.22.

Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, ocorrida em 1780. Na prática, essa medida transferiu o monopólio comercial aos comerciantes portugueses e atravessadores, o que para os setores agro-exportadores significava carestia nos produtos importados e preços baixos aos gêneros que exportavam. O segundo aspecto era o descontentamento dos grupos políticos regionais quanto à crescente arrecadação fiscal, ocasionada por fatores como os grandes gastos para a manutenção da Corte e as algumas imposições do governo joanino, como manutenção da conquista da Guiana Francesa e a campanha militar Cisplatina. Tanto é verdade que uma das primeiras providências do governo provisório de 1817 foi a abolição de alguns impostos determinados pelo governo central¹⁰⁴.

Enfim, por certo havia um clima de descontentamento compartilhado por vários setores sociais da região. No entanto, não concordamos com as teses que tendem a enxergar a pré-existência de um projeto que visasse à constituição de um estado independente das províncias do Norte. Esta poderia até ser uma consequência possível, presente nos planos dos participantes mais “radicais”, isto é, aqueles que estivessem mais dispostos a chegar ao ponto da sedição¹⁰⁵, entendida, nesse caso como uma “ação organizada visando a revolução”¹⁰⁶. Mas essa perspectiva não era partilhada por todos que se envolveram no governo de Dezesete. A heterogeneidade do movimento mostrou-se flagrante quando os seus participantes protagonizaram freqüentes divergências, notadamente, em torno das

¹⁰⁴ Outra importante concessão aplicada logo nos primeiros dias do governo provisório foi o aumento de soldo dos militares.

¹⁰⁵ Estamos utilizando a palavra sedição, no mesmo sentido em que aparece no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva: “Sedição: Alteração popular, rebelião, desobediência contra o poder legítimo, contra o governo; revolta, união, bando contra o chefe, motim”. In: Antônio de Moraes Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo 2. Lisboa: Tip. Antônio José da Rocha, 1844. p.732. À propósito, o dicionarista Antônio de Moraes Silva deu assessoria ao governo provisório instituído em 1817, juntamente com outros “notáveis” locais, como o desembargador Antônio Carlos Andrada e Silva e Bernardo Luís F. Portugal (secretário de Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o padre Miguelinho, professor de retórica do Seminário de Olinda). Cf. Guilherme Pereira da Neves. “Revolução de 1817”, p.389. In: Ronaldo Vainfas e Lúcia Bastos Pereira das Neves (Orgs.) *Dicionário do Brasil joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2008.

¹⁰⁶ István Jancsó. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação no final do século XVIII” In: Fernando Antônio Novaes (Dir de coleção) e Laura de Mello e Souza(org. de volume). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.387. Para o autor, que analisa nesse artigo os casos ocorridos em Minas Gerais (1789) e Bahia (1798), sedição seria “o conjunto de práticas de natureza subversiva, que, referidas à revolução, anunciam-na enquanto possibilidade, mesmo quando se concretizam apenas no simples fazê-lo. [Seria]...a revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro nos interstícios do presente”, p.389.

questões mais “polêmicas”, como o futuro do trabalho escravo ou a participação de cativos na defesa do governo provisório. Assim, acreditamos que não havia uma identidade que unisse os participantes e as províncias que aderiram à Dezessete. As intenções preliminares do movimento eram provavelmente muito mais modestas que um projeto de nação que pudesse se constituir naquela região.

Atualmente, alguns historiadores têm se destacado por defender a idéia de que Dezessete teria significado a manifestação de um projeto de emancipação das províncias do Norte, de forma dissociada do centro administrativo monárquico. Luiz Carlos Villalta, por exemplo, irá dizer que os pernambucanos de 1817 teriam agido como forças “centrífugas”, “regionalizantes”, que teriam hostilizado a hegemonia do Centro-Sul sobre o restante das possessões americanas de D. João VI. Nessa perspectiva, Dezessete foi situado como evento que queria romper com centralização político-administrativa que imperava na época, passo essencial para a preservação do Império luso-brasileiro então sediado na América¹⁰⁷. Enfim, Dezessete teria se constituído numa proposta que teria aberto uma possibilidade de independência que fragmentaria a América portuguesa¹⁰⁸.

Outros historiadores expoentes dessa linha de pensamento são Luiz Geraldo Silva¹⁰⁹ e Denis Bernardes¹¹⁰, que em diversos trabalhos, vêm buscando demonstrar que os movimentos pernambucanos deflagrados no início do século

¹⁰⁷ Luiz Carlos Villalta. “Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as idéias de pátria, país e nação”. Artigo publicado no dossiê “Brasil Império”, organizado por Lilia Schwartz, *Revista USP*, São Paulo (58): jun./jul./ago. 2003.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Entre outros: Luiz Geraldo Silva. “Um projeto para a nação. Tensões e intenções políticas nas “Províncias do Norte””. *Revista de História (USP)*, v. 158, p. 199-216, 2008; _____. “Pernambucanos, sois portugueses! Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, v. 1, p. 67-79, 2005; _____. “O avesso da Independência: Pernambuco (1817-1824)”. In: Jurandir Malerba. (Org.). *A Independência brasileira. Novas dimensões*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 343-384; Luiz Geraldo Silva e João Paulo G. Pimenta. “Pernambuco, Rio da Prata e a crise do Antigo Regime na América ibérica: o “caso” de Félix José Tavares Lira”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 36, n. 2, p. 312-342, jul./dez. 2010.

¹¹⁰ Ver entre outros: Denis A. M. Bernardes. “Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: István Jancsó. (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 379-409; _____. “Pernambuco e o Império (1822-1824): sem Constituição Soberana não há união”. In: István Jancsó. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. 1 ed. São Paulo: HUCITEC, UNIJUÍ, FAPESP, 2003, v. 01, p. 219-249; _____. “O processo da independência, a formação do Estado nacional e a questão regional no Brasil: o caso do Nordeste (1808-1824)”. In: Antonio Annino; Marcello Carmagnani; Gabriella Chiaramonti; Alberto Filippi; Flavio Fiorani; Alberto Gallo; Giovanni Marcheti. (Org.). *América latina: dallo stato coloniale allo stato nazione (1750-1940)*. 1 ed. Milão: Franco Angeli, 1987, v. II, p. 942-969.

XIX tinham, como parâmetro, um modelo político capaz de subsidiar os seus próprios projetos de nação. Desses autores tomamos emprestada a idéia de que, no contexto da insurreição pernambucana de 1817, havia diferenças importantes nos planos e aspirações políticas entre o Centro-Sul e o Norte. Contudo, optamos por relativizar a idéia de havia uma identidade regional que unisse, de forma uniforme, os interesses daqueles que aderiram ao projeto de Dezesete.

Da mesma forma, entendemos que a versão oficial da história da Independência nacional, representada como uma luta entre brasileiros (do Norte e do Sul) contra a sua metrópole portuguesa, deve ser compreendida, antes de tudo, como uma construção. Tal perspectiva esteve presente na tendência geral da historiografia republicana em situar Dezesete como um projeto de Independência nacional integrado às províncias do Sudeste. O que as narrativas produzidas sobre Dezesete, no início do século XX queriam, era forjar essa idéia de unidade nacional provinda do movimento. Somente dessa forma, 1817 poderia ser situado como símbolo importante daquele modelo de nação que se pretendia construir. Tornava-se mais interessante representar o movimento de Dezesete dessa forma.

Por certo havia em Dezesete uma tendência autonomista e republicana. Certamente por isso, Dezesete seja identificado, pela maior parte da historiografia brasileira atual, como um marco no caminho para a Independência. Mas de revolução nacional, Dezesete certamente não tinha nada. A esse respeito, Guilherme Pereira das Neves tem uma teoria interessante:

“mais do que uma antecipação da Independência, a revolta de 1817 pode ser compreendida como uma daquelas explosões de violência tão freqüentes no Antigo Regime, que constituíram, na ausência de outros mecanismos de negociação, a única forma de protesto numa situação limite”¹¹¹.

Essa forma de protesto, a qual se refere o professor Guilherme Pereira das Neves iria se repetir em outros episódios posteriores a Dezesete. Durante todo o Primeiro Reinado e o Período Regencial seria possível verificar, em diferentes

¹¹¹ Guilherme Pereira das Neves. “Revolução de 1817”. In: Ronaldo Vainfas e Lúcia Bastos Pereira das Neves (Orgs.) *Dicionário do Brasil joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2008, p. 391.

contextos, o traço comum das insatisfações regionais contra o governo do Rio de Janeiro.

A favor do caráter singular de 1817, podemos dizer que o movimento foi mais que uma mera revolta anticolonial, afinal conseguiu implantar um modelo de governo alternativo ao legítimo Reino Unido instituído em 1815. Mas, definitivamente, não foi uma revolução¹¹², se pensarmos o pouco comprometimento dos manifestos de época em aprovar propostas que significassem uma ruptura real com o *status quo* social. Preferimos nos referir ao movimento tal como Carlos Guilherme Mota, Evaldo Cabral de Mello e tantos outros historiadores que partilham dessa visão. Dezesete foi antes de tudo uma insurreição¹¹³, que teria escapado ao controle da maçonaria portuguesa e fluminense.

1.2. Memória, história e historiografia: algumas considerações importantes

As relações entre história e memória têm tomado, nos últimos anos, a atenção das mais diversas áreas de conhecimento. Ainda na década de 1950, o sociólogo francês Maurice Halbwachs¹¹⁴ situou a memória como fruto de uma “construção social”. A idéia de “memória social” passou a ser uma referência importante nos diversos estudos e reavaliações das relações entre história e memória. A noção de que seriam os grupos sociais, e não os indivíduos, que determinariam o que deve ser lembrado, e, sobretudo, a forma pela qual determinado elemento ou objeto deve tornar-se “memorável”, tem estado presente nas diferentes interpretações acerca das relações entre história e memória.

¹¹² Utilizamos a palavra “revolução” tal como conceituou o dicionarista Antônio Morais e Silva: “o ato de revolver o que estava assentado [...], revolução nos estados: mudanças que os alteram na forma, polícia, povoação, etc.[...] em política diz-se da mudança súbita e violenta do governo, de um estado, [...]”. In: __. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tip. de Antônio José da Rocha, 1844, p.86.

¹¹³ Utilizamos a palavra insurreição como “sublevação, levantamento de um exército, de uma cidade, de uma parte do reino, etc.” In: Antônio Morais Silva. Op. Cit., p.191.

¹¹⁴ *La mémoire collective* (1950), de Maurice Halbwachs.

No campo da historiografia, o tema memória passou a ser bem mais que um mero objeto de estudo, tornando-se um direcionamento para várias perspectivas de análise. Em algumas correntes de pensamento, a história é entendida como uma forma ou meio de memória. As interpretações mais recentes tendem a situar memória e história em categorias distintas. Pierre Nora, por exemplo, afirmou que história e memória, longe de serem sinônimos, são, em certa medida, opostas. A memória seria como a própria vida, em permanente evolução, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações”¹¹⁵. A história seria uma representação do passado, a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais¹¹⁶.

Jacques Le Goff, também situou memória e história em categorias distintas, embora também tenha admitido as íntimas relações entre ambas. Segundo suas perspectivas, a história assumiria o papel de alimentar a memória, ao mesmo tempo em que a memória “faria fazer crescer” a história. Esta última assumiria o papel de “procurar salvar o passado para servir o presente e o futuro.”¹¹⁷. Esse caminho se daria pelo uso da memória, que, por sua vez, também estaria enraizada na história.

Nessa lógica, a memória coletiva estaria no centro do jogo da luta das forças sociais pelo poder. Ao mesmo tempo em que ela se situaria como um elemento essencial da identidade coletiva, seria também um instrumento e um objetivo de poder. Assim, aqueles que detêm o poder de influir na escrita da história, também detêm o poder sobre os mecanismos de manipulação coletiva. Por isso, os atores sociais estariam em permanente luta pela dominação da recordação e da tradição. Também por esse motivo os esquecimentos e os silêncios história devem ser considerados “reveladores desses mecanismos de manipulação da memória

¹¹⁵ Pierre Nora. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc/S.P.*, n.10, Dez/93. p.7.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Jacques Le Goff. “Memória”. _____. In: *História e memória*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984. p. 47.

coletiva”¹¹⁸, na medida em que evidenciam os elementos preteridos, em detrimento daqueles escolhidos para serem lembrados.

Fernando Catroga também aborda em muitos de seus trabalhos¹¹⁹ as relações entre história e memória. Também para ele, a memória teria uma um caráter “sacral”, “afetivo”, inconsciente das deformações e vulnerável a todo tipo de manipulação. A história seria fruto de um pensamento crítico, analítico e elaborado, embora ela mesma, assim como a memória, também seja considerada como um ato de representação. Nessa perspectiva, história e memória teriam em comum o desejo de combater o esquecimento, de promover a lembrança.

Essa visão de Catroga torna-se interessante na medida em que situa a história, e não somente a memória, como agente de representação de um passado que já não existe mais. As duas categorias estariam fundadas em um processo que Catroga chama de “representificação”, ou seja, de uma representação feita no presente, acerca de determinados aspectos do passado. Para o autor:

Tanto a recordação como a historiografia constroem re-presentificações a partir da interrogação de indícios e traços; e, fazem-no dentro de uma experiência de tempo que é indissociável da memória e das expectativas. O que implica a existência, em ambas, do mesmo intento de ordenar (retrospectivamente) o caos dos acontecimentos. E, como tudo isso é mediado pelo presente, o recordar e o historiar oferecem ao passado um mundo aberto de possibilidades¹²⁰.

As análises de Catroga nos apontam duas considerações particularmente interessantes a respeito da historiografia. A primeira é que a escrita da história provoca, necessariamente, um tipo de interpretação daquilo já passou. Daí a importância de considerá-la, antes de tudo, como um discurso político¹²¹. A segunda diz respeito à contribuição da narrativa para a formação do discurso

¹¹⁸ Ibid., p. 13.

¹¹⁹ Entre outros: Fernando Catroga. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999; _____. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.; _____. “Memória e História”. In. Sandra J. Pesavento (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p.43-70.

¹²⁰ Fernando Catroga. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p.57.

¹²¹ Cf J. G. A. Pocock. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

histórico¹²², na medida em que a própria necessidade do historiador em convencer persuadindo, leva necessariamente ao recurso da narrativa.

Isso não significa dizer que não exista diferença entre história e narrativa. O conceito de *Metahistory*, de Hayden White¹²³, não nos cabe aqui. Não concordamos com a tese de que toda história seja somente uma espécie de representação ou de imaginação. Nem mesmo a idéia de que a narrativa histórica guarde grandes similitudes com a narrativa de ficção. Tendemos, antes, a concordar com Paul Ricoeur quando ele nos chama a atenção sobre a presença de uma dimensão narrativa e persuasiva no discurso da história¹²⁴.

Numa perspectiva mais ampla, Jeanne Marie Gagnebin também irá concordar em dizer que a escrita, e nesse caso, não somente a escrita da história, sempre se relaciona com o fluxo narrativo. A narrativa está presente nas nossas histórias, nas nossas memórias, na nossa tradição e na nossa identidade¹²⁵. Sem dúvida, ela está presente também na história oficial. A história autorizada precisa da lógica de uma narrativa coerente, arrumada, canônica, dissimuladora. O artifício da sedução constitui instrumento importante para os discursos históricos, que geralmente primam pela importância das celebrações e comemorações. É ela que viabiliza, em última instância, a função pedagógica inerente às narrativas histórias impostas, qual seja, o exemplo dos grandes homens e eventos do passado.

Nesse sentido, a importância de se eleger a historiografia como objeto de estudo está em observar o seu caráter discursivo e não só as representações que necessariamente estarão atreladas a ela, mas principalmente a sua intertextualidade e contextualização¹²⁶. Somente através da reconstituição das redes sociais em que habitam os discursos históricos será possível compreender como os historiadores construíram os seus discursos e os seus pontos de vista, enfim, suas impressões sobre determinados aspectos do passado.

¹²² A esse respeito ver: Paul Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et. al.]. São Paulo: Unicamp, 2007.

¹²³ Ver: Hayden White. *A meta história*. São Paulo: EDUSP, 1992.

¹²⁴ Paul Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento*. Op. Cit.

¹²⁵ Jeanne Marie Gagnebin. "O rastro e a cicatriz: metáforas da memória". In: _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p.111.

¹²⁶ Cf J. G. A. Pocock. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

A esse respeito, Dominick La Capra¹²⁷ iria dizer que o texto de determinado autor não seria algo fechado em si, mas um cenário de inter-relações entre diferentes forças de unificação e de disseminação. Em outras palavras, o texto não dever ser entendido como um fato, um dado, ou mesmo um objeto de investigação, hermeticamente fechado em sua própria significação. A análise crítica de um texto deve levar em consideração outros textos da época, o seu contexto e, sobretudo, as reminiscências e os relatos do passado. Para La Capra, o texto se relacionaria ao seu contexto, numa relação de reciprocidade, isto é, o próprio contexto também seria constituído pelos textos de sua época.

Concordamos em parte com essas apreciações. É bem verdade que um texto deve ser considerado em suas relações com o seu contexto e com o universo de outros textos de sua época. No entanto, achamos que o mais importante a considerar é a comunidade lingüística em que está inserida o autor de determinado texto, o seu lugar social e/ ou institucional, o seu público ouvinte, seus adeptos e adversários. Enfim, importa-nos entender o papel desempenhado pelas redes de sociabilidade que envolvem o universo de determinado autor. São elas que nos permitem compreender as tramas, as convergências e as controvérsias entre intelectuais contemporâneos, ou mesmo, o uso, as invenções ou reinvenções de determinadas idéias do passado, as reminiscências, permanências e mudanças, que normalmente ultrapassam um contexto específico que abarca um determinado objeto de estudo.

E nesse caso, o mais importante a considerar é que a história, entendida como uma forma de discurso político, pode assumir o papel de agente conformador de determinada memória¹²⁸. Por isso a importância de se perceber o papel desempenhado pelos círculos sociais e pelas instituições como espaços de produção de narrativas históricas, de memórias, e, sobretudo, de determinados pontos de vista condicionados por aspectos conjunturais do presente. Entendemos

¹²⁷ Dominick La Capra. *Rethinking intellectual history; texts, contexts, language*. 2nd ed., Ithaca: Cornell University Press, 1985.

¹²⁸ Manoel Salgado Guimarães alertou sobre essa questão que envolve o papel da história como agente disseminador da memória. In: _____. "Historiografia e Cultura Histórica: notas para um debate". *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.31-47, jan/jun. 2005.

que as práticas discursivas estão condicionadas, em grande medida, pelo seu lugar social de fala¹²⁹.

Assim, para nós interessa a idéia de que narrativa histórica e memória encontram-se próximas e interconectadas, além do fato de que, tanto uma quanto a outra, podem ser objeto de disputas e manipulações freqüentes. Estas constituem um campo fértil para a investigação histórica, notadamente para os estudos preocupados com a questão nacional. Envolvidas no processo de “invenção das tradições”¹³⁰, os grupos dirigentes nacionais freqüentemente utilizam a história como recurso fundamental para incrustar os seus valores e as suas expectativas sobre a memória coletiva.

A história funcionaria, nesse caso, como uma espécie de auxílio para esses grupos dirigentes, a fim de inculcar certas normas de comportamento coletivo, devidamente apropriadas e selecionadas. Ela contribuiria para a difusão dos chamados mitos “nacionais”, auxiliando no processo de formalização e ritualização dos heróis, eventos históricos e mitos fundadores da nação. Alcançar a memória coletiva seria, pois, um objetivo a ser alcançado. Para atingir esse fim, normalmente se utiliza outros recursos além da história, como as comemorações cívicas, os ritos, os monumentos e, mesmo a literatura.

No caso específico da narrativa histórica, tomaremos como referência a idéia de que ela constitui uma forma de interpretação, determinada por fatores como tempo, lugar político e social, comunidade lingüística, intencionalidade de quem emite o discurso, etc. Isso não quer dizer que basta uma análise do contexto político para compreender os caminhos que levaram a adoção de um determinado modelo de narrativa histórica. Para melhor compreender a dimensão e a abrangência de determinado discurso, faz-se necessário bem mais que a análise do contexto político ou lingüístico em que ele foi produzido. Isso porque qualquer discurso carrega consigo vários outros contextos, que vão se sobrepondo e sofrendo modificações, atendendo às demandas específicas dadas em determinados momentos. Nesse sentido, o historiador é, em larga medida, uma

¹²⁹ Cf. Michel de Certeau. “Operação historiográfica”. In _____. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

¹³⁰ Cf. Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

espécie de arqueólogo, como diria Pocock¹³¹, na medida em que ele está comprometido com a descoberta das muitas camadas desses contextos presentes no interior de um mesmo texto ou discurso.

Assim, quando nos propomos a analisar um determinado discurso histórico, característico do Brasil no início do século XX, por exemplo, não é somente o contexto político que estamos interessados, mas o contexto lingüístico construído historicamente até aquele momento. Não é tanto o modo de enunciação escolhido para comunicar, mas o modo de enunciação disponível, as referências que determinado autor utiliza e como ele interage com o seu universo lingüístico. Só dessa forma poderemos compreender o sentido e o significado de uma idéia dentro de determinado contexto.

Nessa perspectiva, os discursos, as identidades e, mesmo as instituições são construídos e reconstruídos sobre certos pilares conceituais, que vão se adaptando à nova conjuntura do presente. Sendo assim, a história não deve ser compreendida, de forma alguma, como verdade, ou mesmo como uma apreensão real do passado. Ela representa uma gama de diferentes contextos do passado e do presente, que, sobrepostos, assumiram uma versão nova e modificada.

Tal perspectiva torna-se ainda mais evidente se considerarmos que os “fatos” históricos somente adquiriram esta condição por meio de um discurso que os constituíram como tais, há mesmo a impossibilidade da correspondência entre o discurso historiográfico e o passado real, na falta de um termo mais apropriado para o que, comumente, costuma-se chamar de “real”. Segundo o historiador inglês Jenkins Keith¹³², a escrita da história é apenas uma maneira de produzir regularidade na demonstração de um evento. Posto que, não há certezas e exatidões ao se escrever história, resta-nos apenas confiar no caráter político do discurso histórico. Nesse caso, as expectativas do presente norteiam a teia de significados organizados e selecionados em relação ao passado. As perspectivas para o futuro também apresentam a sua parcela de contribuição no caminho que irá desembocar na constituição de um determinado discurso.

¹³¹ Ibid. p.67.

¹³² Keith Jenkins. “Ethical responsibility and the historian: on the possible end of a history of a certain kind”. Middletown, *History and Theory* (Wesleyan University, E.U.A), (43):43-60. Dez.2004.

Em relação à memória - entendida não apenas como um mero objeto da história, mas como uma categoria, intimamente relacionada a ela - podemos dizer que também está condicionada por fatores variantes, tal como o próprio contexto histórico. Posto nesses termos, memória e narrativa histórica devem ser vistas como categorias em constante processo de construção, elaboradas para atender as necessidades e as expectativas do presente e as projeções para o futuro. Ambas carregam consigo valores éticos, crenças, instâncias de poder e sua legitimação.

Sob este prisma, o diálogo com autores que abordam o tema memória e suas relações indissociáveis com a história, torna-se um suporte teórico importante para o presente trabalho. Igualmente importantes são os seus esforços para a compreensão do processo de construção de identidades sociais, da manipulação da memória coletiva através do uso da história, dos ritos e das comemorações. Também as relações entre memória e poder, e entre lembrança e esquecimento, constituem idéias fundamentais para a nossa reflexão acerca dos mitos e dos silêncios presentes nas narrativas históricas.

Tendo em vista todas essas questões procuramos abordar, por um lado, os mecanismos de apropriação do passado, e por outro, os processos de construção e de transmissão da memória social, através da narrativa histórica. Nosso objetivo é a compreensão das imbricadas relações entre história e vida social, vale dizer, entre os vários usos e sentidos da história¹³³, como forças de influência sobre a memória coletiva.

Pensar sobre essas questões, requer ter em mente as estreitas relações entre o discurso histórico e o universo da rememoração, da comemoração e da memória coletiva, bem como os usos e abusos da memória, nos mais variados espaços disponíveis para se consolidar um sentimento coletivo de crença ou de identidade nacional. Tal perspectiva esteve presente em vários países do mundo, em diversas temporalidades e em diferentes contextos. Basta pensarmos que a apropriação e a supressão da memória já serviram como estratégia para legitimar regimes democráticos e ditatoriais de toda espécie, no século XX. Em determinados países, como na França, o excesso de memória, revelado pelo fenômeno das

¹³³A esse respeito ver: Manoel Luiz Salgado Guimarães. “Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido”. In:http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Manoel_Luiz_Salgado_Guimaraes.pdf. (Acesso em: 12/04/11).

numerosas comemorações de datas históricas e pelas múltiplas "rememorações", pode ser interpretado como uma espécie de nostalgia de uma época em que a França era uma potência mundial, logo, uma tentativa de afirmação da imagem do país como berço das instituições democráticas do mundo¹³⁴. Em contrapartida, em países autoritários, a insuficiência da memória, em razão de sua própria manipulação política, propicia utilizações ideológicas do presente e do futuro desse mesmo passado. A história política de países como a extinta União Soviética e a China Comunista configuram exemplos dessa supressão e manipulação da memória para garantir a segurança da legitimidade do governo. Como já denunciou Primo Levi¹³⁵, muitos arquivos dos campos de concentração nazistas foram queimados nos últimos dias da guerra, inclusive com a explosão de câmaras de gás e fornos crematórios. As teses revisionistas, que defendem a denegação do holocausto, argumentam que a falta de provas impossibilita uma história séria acerca desse assunto. Sem entrar na polêmica do assunto, a questão é que poderiam ser enumerados vários outros exemplos de supressão e manipulação da memória, mais ou menos explícitos, dependendo de fatores específicos de cada contexto. Sem dúvida, a história pode ser escrita e reescrita como estratégias criadas a partir de interesses e contextos políticos os mais diversos possíveis.

Quando em 1989, a França comemorava os duzentos anos de Revolução Francesa, privilegiou a memória da emblemática declaração universal dos direitos do homem e do cidadão, um símbolo da idéia de democracia publicada em 1789 e não o período de terror iniciado em 1793. Segundo Marcos Silva¹³⁶, a constituição da memória coletiva é marcada por conflitos e contradições, na qual, muitas vezes, grupos dominantes procuram silenciar memórias não desejadas, construindo uma memória única. Espaços como museus e instituições de pesquisa histórica, são exemplos de espaços privilegiados na construção de memórias, geralmente homogêneas, representativas de grupos hegemônicos. Se considerarmos que a memória é forçosamente um tipo de seleção, diante do universo irrecuperável do passado, podemos também considerar que a eleição de

¹³⁴ Tzvetan Todorov. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arlèa, 2004.

¹³⁵ Primo Levi. *Os afogados e os sobreviventes: quarenta anos depois de Auschwitz*, São Paulo: Paz e Terra, 1989.

¹³⁶ Marcos Silva. *História: O prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

um ou outro aspecto do passado, feita de forma consciente ou não, pode nortear utilizações que fazemos do passado, sempre implicando na exclusão de outros aspectos não privilegiados.

Neste sentido, a memória coletiva toma feições de instrumento de poder, já que controlar o passado é sempre uma forma de dominar, em algum sentido, uma sociedade. Da mesma forma que a memória coletiva detém elementos de manipulação, dados mediante a composição de elementos selecionados do passado, podemos dizer que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.”¹³⁷. A esse respeito, Tzvetan Todorov, em seu livro *Os Abusos da Memória*, também insiste nessa idéia da indissociabilidade da memória a um trabalho de esquecimento, apregoando ainda que memória não se contrapõe, em absoluto, ao esquecimento. A confrontação mais coerente seria o apagamento – nesse caso, o esquecimento proposital, e a conservação, isto é, aquilo que foi selecionado para ser lembrado. A memória seria, pois, uma interação entre ambos, isto é, um intercâmbio entre o que precisou ser apagado e aquilo que era mais conveniente ser conservado¹³⁸.

Assim, podemos dizer que existe uma relação intrínseca entre lembrança e esquecimento, conservação e apagamento. Cabe ao historiador, analisar criticamente não só as memórias declaradas, mas também os silêncios da história. Mas, se de um lado temos os mecanismos das apropriações dos tempos históricos, por outro, os processos de construção e de transmissão de uma memória social, são utilizados como estratégias políticas por grupos em disputa. Há, como aponta M. Pollak¹³⁹, um trabalho constante de “enquadramento da memória”. Aquilo que vai ser lembrado, bem como o que deve ser esquecido, pode obedecer a uma lógica específica. A construção da memória serve como uma estratégia de agentes e agências sociais para ancorar identidades, pois há uma “ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”.¹⁴⁰

Objeto de manipulações freqüentes, de ordem política e ideológica, a memória coletiva deve integrar os questionamentos do historiador, que deve

¹³⁷ Jacques Le Goff. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

¹³⁸ Tzvetan Todorov. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995, p.14.

¹³⁹ M. Pollack. “Memória e identidade Social”. *Estudos Históricos*. v.5, nº10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p.204.

desempenhar uma função de mediador, procurando adequar os relatos de memórias individuais ao próprio devir histórico. É um processo de elaboração de uma reflexão sobre a própria temporalidade, o qual o historiador deve apreender a relação do presente da memória de um determinado acontecimento com o seu passado histórico.